



Índice

- 01** Atividades de educação ambiental na terra indígena dos Sateré-Mawé
- 02** Coleção dedicada às crianças é iniciação no universo indígena
- 03** TRE contrata helicóptero para atender eleitores indígenas
- 04** Mapuches exigem que projeto de lei incorpore governança indígena
- 05** Indígenas Gamela lutam por reconhecimento étnico e territorial
- 06** Cai a presidente da Funai Guta Assirati, mas antes, autoriza demarcação de Sananduva
- 07** Jogos Mundiais Indígenas serão lançados oficialmente nesta segunda-feira
- 08** Editora lança coleção infantil sobre universo indígena
- 09** Atuação da AGU confirma procedimento para demarcação da Terra Indígena Passo Grande no RS e evita acirramento de conflito
- 10** Indígenas ganham Curso de Árbitros da Federação de Mato Grosso do Sul
- 11** Fórum de educação indígena terá eleições em dezembro
- 12** 4 mil agentes vão atuar nas eleições em Mato Grosso; Exército nas áreas indígenas
- 13** Quilombola recebeu a Caminhada da Natureza neste final de semana
- 14** Rio do Peixe deixa moradores ribeirinhos em alerta
- 15** Seca do São Francisco deixa comunidades ribeirinhas em alerta



- 16** Aumenta o risco contra a sobrevivência dos povos indígenas isolados na Amazônia Brasileira
- 17** Comunidades Geraizeiras retomam território tradicional no município de Januária
- 18** A pedido do MPF/RR, Justiça Federal determina indeferimento dos pedidos de exploração mineral em terras indígenas
- 19** Rio Uruguai cresce e ribeirinhos devem ficar alertas
- 20** Brasil: Povos Indígenas e as eleições 2014
- 21** Polícia Militar vai atuar pela primeira vez em aldeias indígenas; efetivo total será de 1.964 homens
- 22** Incra avalia terras da Fazenda Buriti em R\$ 80 milhões e gera crise
- 23** Indígenas paraguaios, obrigados a abandonar terras, são desprezados nas grandes cidades
- 24** A luta por terra dos quilombolas maranhenses
- 25** Municípios do Sudeste deverão esclarecer falta de serviços públicos aos quilombolas
- 26** Lideranças Guarani Kaiowá vão ao STF, às 15h, pedir nulidade de decisão que os impede de ocupar território tradicional
- 27** Ambientalistas estudam medidas para tentar salvar o Rio São Francisco
- 28** Os Munduruku e a consulta póstuma, por Felício Pontes e Rodrigo Oliveira
- 29** Comissão Nacional da Verdade irá ouvir indígenas de MS pela 3ª vez
- 30** Reconhecimento e acesso aos direitos indígenas aumentam, mas profunda



Boletim de Notícias - Edição nº 174/ 2014

Brasília, 30 de setembro de 2014.

[desigualdade persiste](#)



Atividades de educação ambiental na terra indígena dos Sateré-Mawé

SÍTIO IDESAM, 29.09.2014

Por Marina Yasbek, pesquisadora do Idesam -

Entre 12 e 17 de setembro, uma equipe de pesquisadores e técnicos do Projeto Warana esteve na Terra Indígena (TI) Andirá-Marau, localizada no leste do estado do Amazonas. Além do Idesam, participaram da atividade a Universidade Federal do Amazonas (Ufam) – com uma equipe responsável pela coleta e manejo de sementes – e o Centro de Florestas Tropicais do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (CFT/Inpa).

No segundo dia de viagem (sábado), houve reunião com todos os agentes ambientais da TI (atualmente são 29) para a apresentação do programa de educação ambiental que será desenvolvido pelo Idesam. No total, 13 comunidades serão contempladas nos rios Andirá, Marau e Uaicurapa, pertencentes aos municípios de Parintins, Barreirinhas e Maués.

O povo Sateré-Mawé constitui um exemplo quase único de organização comercial indígena no Brasil, em torno da produção sustentável do guaraná através do comércio justo, exportando há mais de 20 anos para mercados externos, como Europa e Estados Unidos. Por conta de antigos projetos desenvolvidos na TI, foram capacitados agentes ambientais voluntários, para orientar e desempenhar diversas funções relacionadas às demandas socioambientais em suas comunidades.

Frente às propostas do programa de educação ambiental do Projeto Warana, elaboradas pelo Idesam e apresentadas no dia 13 em Parintins, os agentes colocaram seus anseios quanto à inclusão de temas urgentes, como:

1. Redução e coleta do lixo;
2. Incentivo ao uso e cultivo de plantas medicinais;
3. Alimentação saudável (para redução de doenças relacionadas à mudança de hábitos alimentares);
4. Agricultura sustentável.

Essas demandas foram expostas após discussão em grupo e incluídas automaticamente na proposta prévia que o Idesam havia elaborado.

Ao longo do projeto, serão ministradas 5 oficinas em cada comunidade e uma grande Feira de Sementes, Sabores e Saberes fechando a programação, reunindo os resultados e apresentando todos os trabalhos realizados durante as oficinas.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 174/ 2014

Brasília, 30 de setembro de 2014.

As oficinas possuem os seguintes temas: desenho coletivo do SAF ideal, cultivo e uso de plantas medicinais, redução e tratamento do lixo, alimentação saudável, reaproveitamento dos resíduos orgânicos na agricultura através da compostagem.

Na Feira de Sementes, Sabores e Saberes, além da troca de sementes, haverá um concurso culinário de pratos tradicionais e exposição dos artefatos produzidos pelas crianças durante as oficinas. Será o primeiro evento desse tipo na terra indígena e todos manifestaram grande empolgação e envolvimento, não só com a atividade, mas com todo o programa em si.

O início das oficinas está previsto para o próximo mês de outubro.

O Idesam acredita que a existência e o envolvimento dos agentes ambientais será um fator diferencial de garantia para o sucesso das atividades de educação ambiental, que contarão também com os professores indígenas e agentes de saúde.

Durante o restante da viagem, entre os dias 14 e 17, a equipe seguiu para o rio Andirá e visitou os produtores que serão beneficiados com as áreas demonstrativas de SAF, também realizadas pelo Idesam no âmbito do projeto. Os maiores anseios desses produtores são a melhoria da produção de guaraná, urucum, andiroba e pau-rosa, bem como o aumento do cultivo de gêneros alimentares de forma mais integrada.



Coleção dedicada às crianças é iniciação no universo indígena

SÍTIO JORNAL ON LINE TERCEIRA VIA, 29.09.2014

Os três filmes e livros compõem a coleção Um Dia na Aldeia que apresenta uma visão autêntica e realista dos primeiros habitantes do Brasil

Primeiro nasceram os filmes, feitos por índios cineastas dos povos panará, que vivem em Mato Grosso e no Pará, ikpengs, em Mato Grosso, e wajãpis, no Amapá. Dos vídeos, desdobraram-se os livros, com as histórias adaptadas para crianças, em uma linguagem simples, parecida com o jeito de falar indígena, e recheadas de ilustrações. Os três filmes e livros compõem a coleção Um Dia na Aldeia, lançamento do Vídeo nas Aldeias com a editora Cosac Naify, que apresenta uma visão autêntica e realista dos primeiros habitantes do Brasil.

"A ideia é sensibilizar as crianças em relação a um universo que não conhecemos, que nos livros didáticos aparece de forma totalmente equivocada. Os índios não estão apenas em 1500, estão do nosso lado, vivendo, se apropriando da nossa cultura, mas mantendo as suas. A questão indígena no País envolve desrespeito ao direito e muita violência. Isso também faz parte do que somos nós", afirma a escritora e educadora Ana Carvalho, que integra a equipe do Vídeo nas Aldeias e assina a adaptação da história Depois do Ovo, a Guerra, feita com base no filme de Komoi Panará

Neste livro, as crianças panará brincam de reviver a guerra de seu povo contra os txucarramães, seus antigos inimigos. Pintam o corpo, cortam seus cabelos e produzem as armas para celebrar a história.

Os outros dois livros - A História de Akykysia, o Dono da Caça e Das Crianças Ikpeng Para o Mundo - foram adaptados pela escritora, ilustradora e atriz Rita Carelli, que também fez os desenhos de toda a coleção. Na primeira obra, Rita conta a lenda dos índios wajãpis e do monstro Akykysia, que mora no buraco de um tronco de sumaúma. Na segunda, o foco é a vida em uma aldeia ikpeng. Por meio delas, o leitor conhecerá a casa do cacique, o hábito de tomar banho no rio e de comer frutas direto do pé, além de compreender como se dá a divisão de tarefas entre homens e mulheres.

Para fazer as ilustrações, Rita fez diversas oficinas de ilustração com as crianças indígenas. Levou papel, lápis e tinta e propôs que elas desenhassem. Curiosamente, conta, os índios optaram por cores fora da paleta tradicionalmente usada quando são retratados - eles ficaram fascinados com os tons néon. Nos livros, Rita apostou em amarelos, vermelhos e verdes fechados.

"Também trabalhei muito com colagens, usei papéis de origami japonês. Quis brincar com a ideia de que a cultura indígena quase se aproxima, em alguma medida, da japonesa. Encontramos padrões semelhantes, quis provocar", diz Rita. Os livros são bilíngues: em

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 174/ 2014

Brasília, 30 de setembro de 2014.

português e no idioma falado pelos índios da aldeia retratada. A ideia é que eles sejam lidos tanto por leitores "brancos" quanto pelas crianças indígenas. Esta é outra provocação. "Existe além do português no Brasil.

Desta forma, os livros voltam para as aldeias e para as escolas indígenas diferenciadas. A tradição oral retorna em formato escrito", afirma Ana. Para Vicent Carelli, diretor executivo do Vídeo nas Aldeias, como há escassez de material para os índios, a coleção poderá ser usada no processo de alfabetização das crianças indígenas em sua própria língua, além de estreitar os laços entre as duas culturas. "É importante que as crianças possam desde cedo se familiarizar com a realidade indígena."



TRE contrata helicóptero para atender eleitores indígenas

SÍTIO RONDONOTÍCIAS, 29.09.2014

Rondônia: Visando garantir a todos os eleitores o direito à cidadania por meio do voto, a Justiça Eleitoral alugou uma aeronave para levar no próximo dia 05 de outubro (1º turno) e 26 de outubro (possível 2º turno) a estrutura necessária para os índios das localidades Rio Negra Ocaia, Santo André e Pedras Negras.

São exatos 752 índios aptos a votar nessas localidades. Apesar do percentual pequeno de eleitores a serem atendidos nas localidades, cabe à Justiça Eleitoral, por força do que dispõe a Constituição Federal e o Código Eleitoral Brasileiro, proporcionar toda a logística de votação para as localidades de difícil acesso, com vistas a garantir o direito do cidadão brasileiro de exercer sua soberania por meio do Sufrágio Universal.

As distâncias dessas localidades com relação a sede dos cartórios eleitorais é muito grande. Para se ter uma ideia, as localidades de Rio Negro Ocaia e Santo André (localizados no município de Guajará-Mirim – 1ª Zona Eleitoral), nessa época do ano (outubro), os rios de acesso se tornam inavegáveis através de barcos com motores convencionais, pois os rios ficam extremamente rasos. A sua navegação somente é possível com barcos de pequeno porte (máximo de 03 pessoas) com motores estilo "rabeta", o que não proporciona nenhuma segurança as pessoas e a carga, além do tempo de chegada, que poderá ser de até 12 horas.

Já para o distrito de Pedras Negras (localizado no município de São Francisco do Guaporé, que tem como sede a 5ª Zona Eleitoral – Costa Marques), o acesso pela via fluvial é viável, mas o tempo de deslocamento é em média de 13 horas, o que se mostra sacrificante e perigoso para os colaboradores e com riscos de danos para a carga (urnas eletrônica e suprimentos de apoio).

Realizado pregão eletrônico, que teve como requisitos essenciais para habilitação Possuir Global Position System - GPS; Possuir seguro de responsabilidade civil no ramo aeronáutico; Possuir certificado de aero navegabilidade emitido pelo SAE – Serviço Aéreo Especializado; Possuir certificado de manutenção e revisão periódica e preventiva exigido pela ANAC, inclusive no que concerne à apresentação das Fichas de Inspeção Anual (FIAN), ser equipada e homologada para voos, de acordo com as exigências estabelecidas pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e demais normas legais pertinentes, a empresa Rotorwest Aéreo Táxi e Serviços Aéreos Especializados LTDA foi a vencedora.

O serviço será prestado no período de 02 a 06/10 (primeiro turno) e 23 a 27/10 (eventual segundo turno).



Mapuches exigem que projeto de lei incorpore governança indígena

SÍTIO ADITAL, 29.09.2014

Adital

Dirigentes mapuches e o consórcio ICCA (Territórios Indígenas de Conservação e Áreas Conservadas por Comunidades Locais) solicitam que se incorpore a governança indígena e se submeta à consulta o projeto de lei que cria o Serviço de Biodiversidade e Áreas Protegidas. Em sessão da Comissão de Meio Ambiente do Senado chileno, da qual participaram, os dirigentes entregaram diretrizes internacionais e de direitos indígenas não consideradas no projeto, e divulgaram ademais experiências exitosas de conservação indígena nas comunidades de Lonquimay, Quiquen e Osorno, que exigem sejam reconhecidas como uma categoria.

Quanto à consulta prévia aos povos indígenas, que deveria ser aplicada, por tratar-se de um projeto que afeta diretamente seus interesses, esclarecem que este devia ter acontecido na etapa pré-legislativa. Joaquín Meliñir, representante do "lonko" (direção) da Comunidade Quinquen; Gustavo Paillamanque, da Comunidade Indígena Maicolpy e representante da Associação Mapu Lahual, de Osorno; e Pablo Cayul, da Comunidade Pacunto Pedregoso, de Lonquimay, juntamente com o advogado e co-diretor do Observatório Cidadão, José Aylwin, integrante do Consórcio ICCA, entregaram as demandas à Comissão de Meio Ambiente do Senado. Esta é presidida pelo senador Patricio Walker.

José Aylwin disse que o projeto de lei não dá conta de uma visão mais moderna de conservação, nem dos aportes à conservação que as comunidades indígenas vêm desenvolvendo ancestralmente, reconhecido expressamente pela Convenção de Biodiversidade, em seu artigo 8º, que ordena respeitar, preservar e manter as áreas de conservação indígena, que garante, por sua vez, seu direito a participar dos benefícios", assinalou. Nesse sentido, recordou ademais que vários parques nacionais se superpõem a terras ancestrais e áreas de conservação indígenas, como o Parque Lauca, localizado 90% em território aymara; Parque os Flamencos, em território licanantay; Parque Villarrica, em território mapuche; e Parque O'Higgins, em território kawescar.

Também recordou que a UICN (Unidade de Gestão de Ecossistemas) reconhece a governança compartilhada e como áreas protegidas aqueles territórios indígenas de conservação, também que esta pleiteia, fazendo eco com o Convênio 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e com a Declaração das Nações Unidas sobre Povos Indígenas, a necessidade de fazer restituição dessas terras, pelo que "não se deveriam criar mais áreas protegidas por parte do Estado em territórios indígenas, sem o seu consentimento prévio, livre e informado, e que, quando se está ante terras de ocupação tradicional, deve haver restituição das mesmas. Mais ainda quando 80% aproximadamente das Áreas Protegidas existentes no país são terras de propriedade e posse indígenas", acrescentou Aylwin.

A conclusão das intervenções esteve a cargo do também advogado da Comunidade Pacunto

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 174/ 2014

Brasília, 30 de setembro de 2014.

Pedregoso, de Lonquimay, Pablo Cayul, que fez um chamado aos parlamentares para verem a tramitação desse projeto como uma oportunidade para fortalecer os direitos dos povos indígenas e dar resposta a situações de fato, que não têm a devida atenção por parte das autoridades. "Temos que aproveitar essa oportunidade para avançar em consultar os povos indígenas sobre situações que nos afetam diretamente". Além de resolver um problema prático, que é a superposição de terras, uma situação de fato, que se faz imprescindível regular no marco de um estado de direito, respeitando os compromissos internacionais e as garantias fundamentais que o Chile se comprometeu a respeitar.

Com informações do Observatório Cidadão.



Indígenas Gamela lutam por reconhecimento étnico e territorial

SÍTIO ADITAL, 29.09.2014

Natasha Pitts
Adital

Oficialmente, os indígenas Gamela, do Estado do Maranhão, são considerados extintos. No entanto, a verdade é que os membros dessa etnia esconderam suas raízes e a verdadeira origem para conseguirem sobreviver ao preconceito, aos massacres e ataques iniciados na década de 1970. Em 2013, os Gamela, das comunidades de Taquaritiua e Centro do Antero, no Município de Viana, decidiram retomar a luta pelo reconhecimento de sua identidade enquanto povo indígena e, ao mesmo tempo, reivindicar a posse de suas terras, entregues pelo Império português.

No último dia 02 de agosto deste ano, os indígenas realizaram uma Assembleia de Autodeclaração de Pertencimento ao Povo Gamela e reafirmaram sua disposição para lutar em busca do reconhecimento étnico e territorial. O caminho será longo, mas os indígenas se reconhecem como tal e não aceitam outras denominações.

Texto do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT) Maranhão aponta que a Assembleia de Autodeclaração, realizada pelas comunidades Taquaratiua e Centro do Antero, "se insere na grande marcha do ressurgimento das identidades historicamente negadas e, mais do que isso, esmagadas pelo Estado brasileiro".

Nesse contexto, é papel do Estado cumprir o que dita a Constituição Federal, especialmente em seu artigo 231: São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. E nos incisos 1º e 2º, que versam sobre as terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas, garantindo sua posse permanente.

A luta para recompor seu território talvez seja a mais dura batalha que os Gamela tem pela frente. Desde que receberam as terras do Império português, elas vêm sendo espoliadas. Dos mais de 10 mil hectares iniciais, a população tem hoje apenas 552. Alguns caminhos foram oferecidos para a resolução do conflito fundiário, como a reforma agrária tradicional, o programa de crédito fundiário e a regulação fundiária como quilombo, mas todas as opções são rejeitadas, pois apenas um caminho é aceitável: a demarcação.

Os idosos da comunidade de Taquaritiua contam que, a partir da década de 1970, teve início o loteamento e o registro cartorial das terras comuns de uso da comunidade em nome de particulares. Nesse período, era comum grileiros contratarem os serviços de policiais e pistoleiros para se apossarem das terras.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 174/ 2014

Brasília, 30 de setembro de 2014.

O conflito, que perdurou por anos, trouxe como consequência, além da perda quase total das terras, uma fragmentação das relações entre as comunidades espalhadas dentro do território. Algumas comunidades, hoje, se autodefinem como quilombolas e outras se transformaram em assentamentos da reforma agrária. Antigamente, já havia a divisão entre os indígenas "domesticados", que viviam próximos das cidades e os "não domesticados", que ficavam na mata fechada. No entanto, existia o costume de se fazerem visitas e manterem os vínculos entre as comunidades.

Diferente do que aconteceu há alguns anos, a estratégia de sobrevivência não é mais calar, mas sim se mostrar-se para o mundo e lutar pelo direito a existir como povo indígena. "Era como se uma pedra grande estivesse em cima da plantinha. Essa pedra foi tirada e estamos aqui para contar e celebrar a nossa história", afirma Cal Gamela, em depoimento ao Cimi e à CPT do Maranhão.



Cai a presidente da Funai Guta Assirati, mas antes, autoriza demarcação de Sananduva

SÍTIO NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 29.09.2014

Na sexta-feira passada o jornal O Globo anunciou que a presidente da Funai, Guta Assirati, deixará o governo essa semana. Mas parece que antes de sair, Assirati deixará seu pacotinho de maldades. O Diário Oficial de hoje, 29 de setembro, traz duas portarias criando grupos de trabalho para seguir a demarcação de duas terras indígenas, uma delas a Terra Indígena do Passo Grande do Rio Forquilha, em Sananduva. Veja a íntegra da Portaria:

PORTARIA Nº 1.119, DE 25 DE SETEMBRO DE 2014

A PRESIDENTA INTERINA DA FUNDAÇÃO NACIONAL ÍNDIO - FUNAI, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 7.788/2012, combinado com o disposto no Decreto nº 7.689/MPOG/2012, e com a Portaria nº 435/Casa Civil/PR, publicada no DOU de 10/06/2013 e, considerando os procedimentos de regularização fundiária da Terra Indígena Passo Grande do Rio Forquilha; resolve: -

Art. 1º Constituir Grupo Técnico com a finalidade de realizar o levantamento e avaliação de benfeitorias em ocupações não indígenas, situadas na Terra Indígena Passo Grande do Rio Forquilha, localizada nos municípios de Sananduva e Cacique Doble, estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Designar para compor o Grupo Técnico os servidores João Henrique Cruciol, Indigenista Especializado, Assistente Técnico CGAF/DPT, Coordenador dos trabalhos; César Augusto Stein, Engenheiro Agrônomo, CR de Passo Fundo; Waldecir Dysarz, Técnico em Agricultura e Pecuária, CR de Passo Fundo; Cleomir Antonio Zaparoli, Chefe da CTL de Cacique Doble; Alvaci Salles Ribeiro, Técnico em Agricultura e Pecuária, CTL de Guarapuava; Jorge Luiz Carvalho, Chefe da CTL de Porto Alegre.

Art. 3º Autorizar o deslocamento do Grupo Técnico à Terra Indígena Passo Grande do Rio Forquilha, e às cidades de Passo Fundo, Sananduva e Cacique Doble, concedendo o prazo de 40 dias para execução do levantamento de campo e apresentação do material técnico resultante da avaliação das benfeitorias, acompanhado do relatório fundiário, a contar de 06/10/2014.

Art. 4º As despesas para execução do levantamento e o deslocamento do Grupo Técnico, correrão à conta do Programa Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas, PO: Delimitação, Demarcação e Regularização de Terras Indígenas, PTRES 063693, PI 23REG.

Art. 5º Determinar que a Coordenação Regional de Passo Fundo, preste o apoio logístico necessário à realização dos trabalhos.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 174/ 2014

Brasília, 30 de setembro de 2014.

Art. 6º Justificar que a presente missão está inserida no âmbito das ações prioritárias desta Fundação, cuja interrupção comprometerá a continuidade de atividades imprescindíveis da FUNAI, no processo de regularização fundiária da Terra Indígena Passo Grande do Rio Forquilha.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA AUGUSTA BOULITREAU ASSIRATI



Jogos Mundiais Indígenas serão lançados oficialmente nesta segunda-feira

SÍTIO BLOG DO CLEBER TOLEDO, 29.09.2014

Na oportunidade, será apresentada logomarca do evento, estrutura a ser utilizada, planejamento, execução, dentre outros

Da Redação

Será lançado oficialmente nesta segunda-feira, 29, às 19 horas, os Jogos Mundiais Indígenas, que acontecerá no próximo ano em Palmas. O lançamento acontece na sede da Secretaria Municipal Extraordinário dos Jogos Indígenas (Seji), localizada na 104 Sul Rua SE-5 Lote 13 sala 1, e contará com a presença de líderes indígenas do Tocantins e de outros Estados. Na oportunidade, será apresentada a logomarca dos Jogos Mundiais em Palmas, estrutura a ser utilizada para o evento, o planejamento, execução, dentre outros.

O evento contará ainda com a participação de representantes do Ministério do Esporte, prefeito Carlos Amastha, do titular da Seji, Hector Valente Franco, de membros do Comitê InterTribal (ITC), além de autoridade municipais e estaduais.

Para os Jogos Indígenas são esperados 22 etnias, 30 países e dois mil atletas, sendo um evento de repercussão internacional e contará com acomodações, instalações e alojamento das etnias brasileiras, oca digital, praça de alimentação com comidas típicas, refeitório, museu do índio e feira de artesanato, além de instalações esportivas, como campo de beisebol, raia olímpica e arena.



Editora lança coleção infantil sobre universo indígena

SÍTIO FOLHA VITÓRIA, 29.09.2014

Estadão Conteúdo
Redação Folha Vitória

São Paulo - Primeiro nasceram os filmes, feitos por índios cineastas dos povos panará, que vivem em Mato Grosso e no Pará, ikpengs, em Mato Grosso, e wajãpis, no Amapá. Dos vídeos, desdobraram-se os livros, com as histórias adaptadas para crianças, em uma linguagem simples, parecida com o jeito de falar indígena, e recheadas de ilustrações. Os três filmes e livros compõem a coleção Um Dia na Aldeia, lançamento do Vídeo nas Aldeias com a editora Cosac Naify, que apresenta uma visão autêntica e realista dos primeiros habitantes do Brasil.

"A ideia é sensibilizar as crianças em relação a um universo que não conhecemos, que nos livros didáticos aparece de forma totalmente equivocada.

Os índios não estão apenas em 1500, estão ao nosso lado, vivendo, se apropriando da nossa cultura, mas mantendo as suas. A questão indígena no País envolve desrespeito ao direito e muita violência. Isso também faz parte do que somos nós", afirma a escritora e educadora Ana Carvalho, que integra a equipe do Vídeo nas Aldeias e assina a adaptação da história Depois do Ovo, a Guerra, feita com base no filme de Komoi Panará.

Neste livro, as crianças panará brincam de reviver a guerra de seu povo contra os txucarramães, seus antigos inimigos. Pintam o corpo, cortam seus cabelos e produzem as armas para celebrar a história.

Os outros dois livros - A História de Akykysia, o Dono da Caça e Das Crianças Ikpeng Para o Mundo - foram adaptados pela escritora, ilustradora e atriz Rita Carelli, que também fez os desenhos de toda a coleção. Na primeira obra, Rita conta a lenda dos índios wajãpis e do monstro Akykysia, que mora no buraco de um tronco de sumaúma. Na segunda, o foco é a vida em uma aldeia ikpeng. Por meio delas, o leitor conhecerá a casa do cacique, o hábito de tomar banho no rio e de comer frutas direto do pé, além de compreender como se dá a divisão de tarefas entre homens e mulheres.

Para fazer as ilustrações, Rita fez diversas oficinas de ilustração com as crianças indígenas. Levou papel, lápis e tinta e propôs que elas desenhassem. Curiosamente, conta, os índios optaram por cores fora da paleta tradicionalmente usada quando são retratados - eles ficaram fascinados com os tons mais fortes. Nos livros, Rita apostou em amarelos, vermelhos e verdes fechados.

"Também trabalhei muito com colagens, usei papéis de origami japonês. Quis brincar com a ideia de que a cultura indígena quase se aproxima da japonesa. Encontramos padrões semelhantes, quis provocar", diz Rita. Os livros são bilíngues: em português e no idioma dos

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 174/ 2014

Brasília, 30 de setembro de 2014.

índios. A ideia é que eles também sejam lidos por eles. "Existe além do português no Brasil. Desta forma, os livros voltam para as aldeias e para as escolas indígenas diferenciadas. A tradição oral retorna em formato escrito", afirma Ana. Para Vicent Carelli, diretor executivo do Vídeo nas Aldeias, como há escassez de material para os índios, a coleção poderá ser usada no processo de alfabetização das crianças indígenas.

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.



Atuação da AGU confirma procedimento para demarcação da Terra Indígena Passo Grande no RS e evita acirramento de conflito

SÍTIO ÂMBITO JURÍDICO, 29.09.2014

A Advocacia-Geral da União (AGU) garantiu, na Justiça, a realização adequada dos procedimentos de demarcação da Terra Indígena de Passo Grande do Rio Forquilha localizada nos municípios de Cacique Doble e Sananduva, no estado do Rio Grande do Sul. A tese dos advogados da União derrubou ação do Ministério Público Federal (MPF) que queria obrigar a Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Ministério da Justiça a efetivarem o procedimento em curto espaço de tempo e sem observar as especificidades do caso.

O MPF ajuizou ação para que fossem concluídos, no prazo de 30 dias, a demarcação física da área e, no prazo de 90 dias e o levantamento fundiário da área, sob pena de multa diária. Também solicitou medidas executórias pelo próprio Juízo, por meio de peritos nomeados ou por empresa contratada pela Funai, avaliação dos imóveis por oficiais de justiça, além da mobilização de forças policiais a fim de garantir o êxito das diligências.

Apontado que o pedido era indevido, a Procuradoria Seccional da União (PSU) em Passo Fundo/RS apresentou contestando defendendo que a União e a Funai estão cumprindo as determinações legais para a demarcação. Também destacou que pela demarcação ser um caso delicado e complexo, seria imprudente acelerar o procedimento, e realizar um exame apressado da questão.

De acordo com os advogados da União, a área vem sendo palco de inúmeros conflitos e questões jurídicas, sociais, políticas e econômicas, tendo gerado, inclusive, confrontos entre agricultores e indígenas. Esse cenário crítico, segundo explicou a AGU, exige muita cautela na atuação e na promoção da via conciliatória, melhor instrumento para garantir a harmonização dos procedimentos.

Ao rebater os pedidos do MPF, a AGU explicou que a condução correta do procedimento é para evitar a reiteração de incidentes, com vistas à composição dos interesses divergentes. Para isso, destacaram que a intenção é promover uma solução conciliativa, com a abertura de uma mesa de diálogo composta por todas as partes envolvidas, indígenas, agricultores, Governos Federal e Estadual, na busca de uma solução pacífica para o conflito.

A PSU/Passo Fundo também ressaltou que as solicitações do MPF para demarcação física e levantamento fundiário fazem parte das atribuições da Fundação Nacional do Índio, responsável por estabelecer e executar a política indigenista brasileira.

Quanto à citação da União no caso, os advogados destacaram que seria indevida, já que não foi apontada qualquer ilegalidade com os procedimentos, prova disso foi a publicação da Portaria Ministerial nº 498/2011, assinada pelo Ministro de Estado da Justiça, em atendimento

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 174/ 2014

Brasília, 30 de setembro de 2014.

ao disposto no Decreto nº 1.775/96. "A Funai é ente autônomo com personalidade jurídica própria, distinta e independente do ente político que as instituiu, respondendo diretamente pelos seus atos e por demandas oriundas de suas atividades, não se cogitando de sobreposição de responsabilidades", diz um trecho da defesa.

Os argumentos dos advogados da União foram acolhidos pela 1ª Vara Federal de Erechim/RS, que julgou improcedente o pedido formulado pelo MPF, garantindo a realização correta da regularização fundiária das comunidades indígenas no local. "É inegável, nessa senda, a possibilidade de ser ineficaz a sentença que vier a ser proferida nesse feito, gerando transtornos econômicos e sociais imensuráveis aos envolvidos", destaca a sentença.

A PSU Passo Fundo/RS é uma unidade da Procuradoria-Geral da União, órgão da AGU.

Ref.: Processo nº 50015335520144047117, em trâmite na 1ª Vara Federal de Erechim/RS.



Boletim de Notícias - Edição nº 174/ 2014

Brasília, 30 de setembro de 2014.

Indígenas ganham Curso de Árbitros da Federação de Mato Grosso do Sul
SÍTIO REGIÃO NEWS, 29.09.2014

O Curso será ministrado por instrutores da FFMS e terá início no dia 11 de Outubro no Centro Olímpico Indígena na BR que liga Dourados a Itaporã

Um curso inédito no Brasil começa a ser ministrado pela Federação de Futebol de MS com o apoio da FUNED -Fundação de Esporte de Dourados: Curso de Formação de árbitros de Futebol com a participação apenas de índios da região de Dourados.

“É muito importante para nossa gente esse tipo de formação. Temos 12 mil índios nessa região e nosso campeonato de futebol reúne cerca de 40 equipes e precisamos desse incentivo. Além disso é uma oportunidade para nossos jovens e adolescentes exercerem uma atividade de destaque no cenário nacional. Agradecemos ao Secretário Coca e ao Presidente Cezário por oportunizar essa condição aos nossos irmãos” afirmou o vereador Aguilhera responsável pelo evento.

O Curso será ministrado por instrutores da FFMS e terá início no dia 11 de Outubro no Centro Olímpico Indígena na BR que liga Dourados a Itaporã.



Fórum de educação indígena terá eleições em dezembro

SÍTIO SETE SEGUNDOS, 29.09.2014

O Fórum de Educação Indígena terá eleições para a renovação de seus integrantes em dezembro. A medida foi decidida durante reunião do fórum – composto por técnicos da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (SEE) e representantes de nove comunidades indígenas alagoanas – realizada no Centro Educacional de Pesquisa Aplicada (Cepa).

A eleição do fórum se dará no encerramento da formação em educação indígena que será realizada com os professores da rede pública estadual no período de 9 a 12 de dezembro no Centro de Formação Ib Gatto Falcão (Cenfor), no Cepa.

"Durante esta formação, discutiremos as mais diversas temáticas relacionadas à educação indígena, dentre as quais, a Lei 11.645 de 2008, que estabelece o ensino da história e cultura dos povos indígenas e afro-brasileiros nas escolas da Educação Básica", adianta o técnico da Gerência de Diversidade da SEE e atual articulador do fórum, Gilberto Ferreira. Ainda segundo o técnico, a capacitação contará com a participação de professores indígenas e não indígenas.

Professor de Língua Portuguesa da Escola Estadual Indígena José Carapina, no povoado Tanque, em Pariconha, Cícero Pereira aprova a iniciativa da formação. "Esta é uma demanda antiga dos professores que atuam nas escolas indígenas e será muito enriquecedora, pois não teremos uma proposta de formação pronta e imposta, mas um mecanismo que será construído em conjunto com as comunidades de acordo com suas principais demandas", destaca Cícero, cuja escola conta com 360 alunos da Educação Infantil ao Ensino Médio.

O Fórum

Os integrantes do Fórum de Educação Indígena se encontram em quatro reuniões ordinárias por ano para discutir diversas questões relacionadas à educação, mas também articulações para demandas relacionadas a outras áreas.

Liderança da comunidade Xucuru Kariri, em Palmeira dos Índios, o pajé Celso Celestino ressalta a importância do fórum como um espaço reivindicativo dos povos indígenas junto ao Poder Público.

"No fórum, as comunidades têm a chance de discutir as suas demandas, que muitas vezes são parecidas, e apresentá-las ao Governo em busca de soluções. Participar das eleições de dezembro é muito importante, pois permitirá que as comunidades escolham seus representantes para este que é o espaço legalmente instituído para fazermos reivindicações junto ao Governo", afirma Celso.

Por: Assessoria



4 mil agentes vão atuar nas eleições em Mato Grosso; Exército nas áreas indígenas
SÍTIO NOTÍCIA EXATA, 29.09.2014

A Justiça Eleitoral terá quase quatro mil agentes trabalhando em Mato Grosso para garantir a segurança das eleições 2014 que acontecem no próximo dia 05 de outubro. Um forte esquema está sendo montado e a tecnologia que ficou de legado da Copa do Mundo de 2014 também será utilizada para coibir o descumprimento da Lei eleitoral. A compra de votos é um dos principais crimes que o TRE pretende combater. O Exército Brasileiro também atuará no pleito, somente nas seções de votação em áreas indígenas.

O Juiz Alberto Pampado Neto, coordenador do Gabinete da Propaganda Eleitoral em Mato Grosso, explicou ao Olhar Jurídico que um efetivo de 3.861 agentes estará trabalhando em todo o Estado para garantir que as eleições transcorram da melhor forma possível. Destes, 1.475 serão da Polícia Militar, 990 da Polícia Civil e 110 da Polícia Federal.

"Além disto, teremos uma novidade no pleito deste ano. O Exército Brasileiro também participará da segurança. Eles estarão em alguns lugares onde existem aldeias indígenas, por exemplo", revelou o coordenador. Serão 43.854 pessoas trabalhando ao todo durante as eleições de 2014.

A tecnologia que foi utilizada durante a Copa do Mundo de 2014 também será utilizada no dia 05 de outubro: "Teremos o apoio de helicópteros da Polícia Militar e também teremos acesso às imagens das câmeras que estão espalhadas pela cidade", disse o juiz. Além disto, representantes de diversos órgãos estarão no Gabinete de Gestão Integrada, instalado no Centro Integrado de Comando e Controle Regional, trabalhando em conjunto.

Uma das principais preocupações da Justiça Eleitoral é quanto à compra de votos: "Quem vende o seu voto é prejudicado. O raciocínio é simples, o candidato que está comprando o voto, está descumprindo a Lei eleitoral, se faz isso antes da eleição, imagine o que poderão fazer depois de eleitos", indagou Alberto Pampado Neto.

A Justiça Eleitoral também está de olho no transporte irregular de eleitores. Os candidatos acabam oferecendo transporte para as pessoas que residem fora da zona eleitoral, ou que estejam em outros municípios para que elas vão até as urnas e votem neles. O TRE afirmou que a prática não é permitida de acordo com a Lei. Isso porque o próprio Tribunal oferece um veículo que leva os eleitores que estão em zonas rurais para exercer o direito de votar.



Quilombola recebeu a Caminhada da Natureza neste final de semana

SÍTIO 24 HORAS NEWS, 29.09.2014

Um dos cenários mais lindos de Mato Grosso ainda pouco explorado pelo turismo no Brasil, recebeu neste último final de semana a Caminhada Internacional da Natureza, Circuito Quilombolas

Um dos cenários mais lindos de Mato Grosso ainda pouco explorado pelo turismo no Brasil, recebeu neste último final de semana a Caminhada Internacional da Natureza, Circuito Quilombolas.

Este ano o evento contou com dois percursos diferenciados, um 'moderado', com 8 KM, dentro dos padrões da Federação Internacional de Esportes Populares (IVV), Confederação Nacional de Esportes Populares e Ong Anda Brasil, promotoras da Caminhada Internacional, juntamente com o Governo de Estado de Mato Grosso e o percurso 'severo', com 10 KM, onde o caminhante, além de conhecer as trilhas entre as duas comunidades, teve a oportunidade de conhecer o Sato do Vão Grande, um Cânion formado por morros cortado pelo rio Jauquara, percorrendo dentro da mata ciliar totalmente preservada. Os participantes ainda atravessaram o Rio Jauquara até a Cachoeira do Salto no município de Barra do Bugres.

O Circuito Quilombola contou com a participação de dezenas de caminhantes que tiveram a sua disposição, transporte até o local que fica a cerca de 74 quilômetros de Barra do Bugres-MT, além de alimentação, guias e todo um aparato de segurança para que pudesse desfrutar de uma boa caminhada. "É maravilhoso participar dessas caminhadas, principalmente em um lugar admirável e ainda pouco explorado como aqui na comunidade Quilombolas. Este evento ajuda na conscientização de como é importante preservar a natureza, além de divulgar o local", disse Mariano Leal, um dos participantes mais assíduos de caminhadas organizadas no Brasil e no exterior.

No local estiveram presentes a equipe da Sedtur de Cuiabá e ainda ajudaram na organização do evento a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Barra do Bugres juntamente com a equipe médica da Secretaria de Saúde do município. "Dá trabalho, mas é gratificante organizar a caminhada da natureza. O mais importante é poder contar com o apoio de todo o pessoal que ajudou a organizar, como a equipe da saúde, da secretaria municipal de turismo e funcionários da prefeitura que se dispuseram para ajudar. Esperamos todos na próxima caminhada e fica aqui o convite para que as famílias e pessoas que ainda não desfrutaram do prazer de participar de uma caminhada, para que façam sua inscrição e participem no ano que vem. É maravilhoso!", disse Alessandra de Carvalho, Turismóloga do município e principal responsável na organização do evento.



Rio do Peixe deixa moradores ribeirinhos em alerta

SÍTIO RIO CATARINENSE, 29.09.2014

Nível das águas está sendo acompanhado por quem reside próximo ao rio

As chuvas que estão caindo em nossa região desde o final de semana, estão deixando os moradores que residem próximo aos rios preocupados, em especial do Rio do Peixe, devido a força com que ele está se apresentando. Durante toda esta segunda-feira (29), os moradores estão monitorando a elevação da água e as informações que são repassadas pelo Sistema Intermunicipal de Água e Esgoto (Simae).

A última medição que se apresenta na página do Simae realizada às 19h10, aponta que o nível do Rio do Peixe estava em 7m40cm, isso significa que o rio subiu em 2h, aproximadamente 6 centímetros, sendo que as previsões por parte do Corpo de Bombeiros do município de Caçador são boas, haja vista que no início da noite não está mais chovendo naquela região, e o nível do rio às 18h25 estava na cidade de Caçador em 2m58cm. O nível de preocupação é de 3m.

A previsão para a noite desta segunda-feira (29), é que possam ocorrer pancadas esparsas de chuva, mas nada preocupante, o que vale para esta terça-feira (1º).

Por Julnei Bruno



Seca do São Francisco deixa comunidades ribeirinhas em alerta

SÍTIO PERAPORA, 29.09.2014

A nascente principal do Rio São Francisco, situada no Parque Nacional da Serra da Canastra, no município de São Roque de Minas, Região Centro-Oeste do estado, secou pela primeira vez, em decorrência daquela que já é considerada a pior estiagem da história no Sudeste brasileiro. A situação, confirmada ontem pelo chefe da unidade de conservação, Luiz Arthur Castanheira, coloca em alerta todas as comunidades ribeirinhas, diante da possibilidade de racionamento de água ao longo do chamado rio da integração nacional, o maior curso d'água que nasce e deságua em território nacional, estendendo-se por 2.700 quilômetros, em cinco estados (Minas, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe). Sua bacia hidrográfica alcança 504 municípios, incluindo cidades de Goiás e o Distrito Federal.

"Terão que ser adotadas, imediatamente, medidas para promover o uso racional da água na bacia", alerta o presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, Anivaldo Miranda, lembrando que a situação das nascentes também se reflete no nível crítico dos reservatórios de usinas, como a de Três Marias, que está com apenas 5,7% de sua capacidade. Miranda considera que o secamento de nascentes e a drástica redução no volume do rio devem servir como advertência para que o governo revise as outorgas de água e o funcionamento das hidrelétricas ao longo da bacia.

"É preciso que o poder público considere esta situação como um sinal de alerta para a necessidades de mudanças no modelo da matriz energética do Rio São Francisco e de mudanças no programa de concessão de outorgas", alertou. Segundo ele, o comitê vai procurar estabelecer negociações entre os entes da federação (esferas federal, estadual e municipal) para maior controle da retirada de água do Velho Chico. "Precisamos de um grande pacto em torno do uso da água, abrangendo todos os poderes. Hoje, só se olha para as demandas, mas temos que observar o aspecto da sustentabilidade. O rio não tem água para todo mundo", afirma Miranda.

De acordo com o chefe da unidade de conservação que abriga o berçário do rio, Luiz Arthur Castanheira, não chove significativamente na região desde março. Segundo ele, outros olhos d'água e pequenos córregos situados nos 200 mil hectares do Parque Nacional da Serra da Canastra – que ajudam a formar o Velho Chico – também estão secos. Apesar da situação crítica, Castanheira informou que a Cachoeira Casca D'Anta, atração turística situada a 14 quilômetros da nascente principal do São Francisco, mantém a queda d'água, apesar da redução do volume. Outra nascente importante da bacia, a do Rio Samburá, situada já fora da unidade de conservação, continua correndo, acrescentou.

Para agravar a situação, no fim da semana passada o Parque Nacional da Serra da Canastra foi atingido por um incêndio, que chegou perto da nascente principal do São Francisco. Castanheira, no entanto, afirmou que o fogo não teve impacto direto sobre a situação do manancial, que, segundo ele, já estava praticamente seco. O fogo levou a unidade de conservação a ficar fechada pelo período de 15 dias.

CONT.



O chefe do parque nacional confirma ser a primeira vez na história que a nascente principal seca, uma realidade que “deixou todo mundo assustado” e impressionou antigos funcionários do parque. Porém, ele acredita que a situação tende a se normalizar com o fim da estiagem: “A nascente secou como consequência da grande seca que está ocorrendo na Região Sudeste. Mas acredito que, assim que voltar a chover, ela vai reaparecer”, comentou.

CALAMIDADE Já o presidente do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Afluentes do Alto São Francisco, Lessandro Gabriel da Costa, secretário de Meio Ambiente de Lagoa da Prata, considera que o secamento da nascente principal revela o agravamento das consequências da estiagem. “A situação é muito grave. Acho até que o estado deveria decretar calamidade na região, por causa dos riscos de desabastecimento humano”, afirmou. Ele lembra que vários municípios ribeirinhos já estão enfrentando falta de água. “Trata-se uma situação completamente atípica. O secamento da nascente do São Francisco é consequência do assoreamento e dos desmatamentos em todo o país”, comenta o ambientalista.

Secretário de Meio Ambiente da cidade que abriga a nascente histórica, André Ricardi se diz muito preocupado. “Há algum tempo estamos acompanhando a situação de diversas nascentes que eram permanentes e tornaram-se temporárias”, diz o representante de São Roque de Minas. “Observamos que os rios começam a morrer pelo fim de suas nascentes mais altas. Talvez, agora, isso sirva para chamar atenção das autoridades para a necessidade de investir realmente na conservação da bacia do Rio São Francisco”, advertiu Ricardi.

Estiagem é uma das piores na capital

A seca em Belo Horizonte neste ano pode ficar entre as cinco mais severas desde que começaram as medições, há 104 anos. O acumulado de chuvas entre janeiro e agosto foi de 527 milímetros, o que representa 69,9% da média para o período, de 756 milímetros. Dados preliminares do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) apontam que no verão de 2014 na capital mineira – janeiro, fevereiro e março – choveu o acumulado de 207 milímetros, acima apenas do registro de 1984, de 180 milímetros. A média histórica de chuva nos primeiros três meses é de 623 milímetros, o que significa que o volume foi de 33,2% do esperado para a época.

De acordo com o Inmet, a média anual histórica na cidade até setembro é de 1.466,2 milímetros, mas até a semana passada choveu menos da metade desse volume, com o acumulado de 529 milímetros. As consequências do tempo seco são nascentes exauridas e incêndios em matas.

Ainda que chova o correspondente à média histórica até dezembro, o equivalente a 710 milímetros, 2014 terminaria com 1.239 milímetros, 24% a menos do que a média anual. Segundo o Inmet, a pior seca na cidade ocorreu em 1963, quando choveu 497,5 milímetros. Neste fim de semana, os belo-horizontinos poderão ter um alívio no calor. De acordo com o Instituto ClimaTempo, uma frente fria avança pela Região Sudeste e deve trazer um pouco de umidade, que favorecerá a formação de nuvens.

Foto: Ivan Rodrigues



Aumenta o risco contra a sobrevivência dos povos indígenas isolados na Amazônia Brasileira

SÍTIO CIMI, 29.09.2014

O respeito aos direitos humanos dos povos em isolamento ou contato inicial deve dar-se dentro de um marco que respeite plenamente seu direito a livre autodeterminação, a vida e integridade física, cultural e psíquica dos povos e seus membros, a saúde e a seus direitos sobre as terras, territórios e recursos naturais que têm ocupado e utilizado ancestralmente. (Povos Indígenas em isolamento voluntário e contato inicial nas Américas – Comissão Interamericana de Direitos Humanos, CIDH, 2013)

Os povos indígenas em situação voluntária de isolamento 'emergiram', nos últimos meses, nos noticiários nacionais e internacionais e, com frequência, informações sobre a sua presença, em diferentes regiões da Amazônia, chegam até a equipe do Cimi de apoio a estes povos, bem como à Coordenação Geral de Índios Isolados e Recém Contatos (CGIIRC) da Funai.

No Acre, um grupo de indígenas isolados buscou apoio numa aldeia Ashaninka, entre os meses de junho e julho deste ano. No diálogo estabelecido com funcionários da Funai, em jaminawa, traduzido por um falante desta língua indígena, estes indígenas relataram que foram vítimas de massacre, possivelmente por madeireiros ou narcotraficantes na fronteira com o Peru. Além disso, contraíram gripe, o que pode ter um efeito devastador entre o grupo.

Todavia, a situação de risco em que este povo isolado vive, dentre os demais desta região banhada pelo rio Envira, era amplamente conhecida pelas autoridades brasileiras, mesmo assim a Frente de Proteção Etnoambiental do Envira, da Funai, foi abandonada em 2012, porque o órgão indigenista não contou com respaldo suficiente para oferecer segurança a seus funcionários – atacados por narcotraficantes internacionais.

No Vale do Javari, Amazonas, uma família isolada Korubo, composta por seis pessoas, foi encontrada às margens do rio Itacoá por indígenas Kanamari, neste mês de setembro, e levada para a aldeia Massapê. Outra vez trata-se de um pedido de socorro, desta vez diante de uma situação de doença que se manifestava, segundo descrição de uma indígena da família, através de febre alta e muita tremedeira no corpo (sintomas da malária), que estava provocando mortes no grupo Korubo isolado.

O fato motivou um posicionamento público da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja). Nela a organização denuncia a invasão da terra indígena por caçadores e pescadores, além das dificuldades da Funai para desenvolver as necessárias ações de vigilância e proteção por falta de recursos financeiros e pessoal qualificado.

No Maranhão, os indígenas isolados Awá-Guajá continuam ameaçados pelos madeireiros que impunemente devastam as terras indígenas já demarcadas, por onde perambulam os diversos grupos que compõe este povo. Essa situação já foi reiteradas vezes denunciada ao Poder

CONT.



Público. Diante da omissão governamental, a denúncia foi levada para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA). É absolutamente inaceitável que o povo Awá-Guajá continue sendo submetido a essa política de extermínio.

Na região da Ilha do Bananal, recentemente indígenas isolados foram vistos dentro e fora da terra indígena, e os sinais de sua presença foram percebidos nas proximidades da aldeia indígena Waotynã, localizada no município de Lagoa da Confusão. Um alerta também foi feito ao departamento de isolados da Funai, sobre a sua presença na região da Mata do Mamão, dentro da Ilha, pelas brigadas de combate a incêndios. As ameaças a este povo vêm das queimadas na Ilha, comuns nessa época do ano, mas também com suspeitas de origem intencional, das invasões de caçadores e pescadores e dos projetos de construção de estradas. A Funai até hoje não fez nenhum estudo sobre a área de perambulação deste povo, e também não adotou medidas de proteção.

No rio Tapajós, o governo está anunciando para breve o licenciamento ambiental para a construção de diversas usinas hidrelétricas. Até o momento nenhum estudo foi apresentado sobre os diversos povos indígenas isolados que vivem nas proximidades destas hidrelétricas projetadas para a região. Os governos da ditadura militar promoviam a remoção forçada dos povos indígenas isolados, localizados 'no caminho' dos mega empreendimentos de infraestrutura na Amazônia. Prática que levou a verdadeiras tragédias humanas e genocídio. Os governos atuais optaram por desconhecer a sua existência, repetindo a estratégia dos governos militares, para que não atrapalhem os seus projetos. Essa política é perversa, trágica e violenta porque não considera o que pode acontecer a estes povos.

As informações sobre os povos indígenas isolados, nada tranquilizadoras, sinalizam para um agravamento das situações de vulnerabilidade e risco em que estes povos se encontram, com seus espaços territoriais cada vez mais restritos e invadidos, numa Amazônia onde os índices de desmatamento voltam a crescer, a propósito de manter, num contexto de crise da economia globalizada, a reprodução do sistema de dominação e acumulação através da exploração extrema dos recursos naturais.

Os fatos revelam igualmente, e de forma contundente, as contradições mais profundas das políticas governamentais que apostam, em termos macro econômicos, em um desenvolvimentismo sem limites, festejado pelas empresas transnacionais dos setores do agronegócio, do extrativismo mineral, petrolífero, madeireiro e da construção civil, que são as grandes beneficiárias dos vultosos investimentos públicos nos empreendimentos de infraestrutura nas áreas de energia, transporte e comunicação na região.

As políticas compensatórias, de mitigação de impactos e de proteção aos povos e comunidades locais, expõem neste cenário toda a sua ineficácia, revestidas que são por uma natureza emergencial permanente. Denunciam, por sua inoperância, a reprodução dos decretos de extermínio dos povos indígenas expedidos desde que as caravelas europeias atracaram no continente sul-americano.

Reiteramos que a autodeterminação dos povos indígenas isolados, que se manifesta por sua

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 174/ 2014

Brasília, 30 de setembro de 2014.

vontade de não estabelecer relações regulares com a sociedade brasileira, deve ser respeitada, assim como seus territórios demarcados e protegidos. A vontade do não contato significa também uma demonstração clara destes povos contra os empreendimentos governamentais em seus territórios, e deve ser vista como o exercício do seu direito de consulta.

A atenção à saúde nas aldeias das terras indígenas, onde os grupos isolados vêm aparecendo com relativa frequência, sobretudo no Vale do Javari/AM e Rio Envira/AC, deve ser absolutamente prioritária para evitar a transmissão de doenças infectocontagiosas, fatais a estes grupos. É fundamental que o órgão indigenista oficial, a Funai, seja aparelhado com recursos financeiros e com pessoal qualificado para identificar a presença dos povos isolados, verificar suas áreas de perambulação e evitar que seus territórios sejam invadidos. Por fim é preciso acabar urgentemente com a vergonhosa invasão madeireira nas terras indígenas do Maranhão, que está decretando o extermínio do povo Avá Guajá.

Porto Velho, 27 de setembro de 2014

Equipe do Cimi de Apoio aos Povos Indígenas Isolados



Comunidades Geraizeiras retomam território tradicional no município de Januária
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 29.09.2014

Em procissão, cultuando São Miguel, 130 famílias das comunidades de Barra do Pindaibal, Poções, Brejinho, Capoeirão, Barra do Tamboril, Cabeceira de Mocambinho e Capivara montaram na madrugada do dia 29 de setembro o Acampamento Geraizeiro do Alegre. Davam início à retomada do território tradicional das comunidades dos gerais e de veredas expropriados durante a década de 1980 por duas empresas poderosas do setor siderúrgico florestal de Minas Gerais: RIMA e PLANTAR. Uma área de quase 20 mil ha dominados por cerrados e veredas, com inúmeras nascentes e córregos que formam os rios Pandeiro e Pardo, as comunidades tradicionais dos gerais e de veredas do município de Januária se uniram com o firme propósito de defender a área contra as agressões da monocultura do eucalipto que provocou uma degradação ambiental sem precedentes nesta porção do semiárido de Minas Gerais. Com a retomada, soltaram o manifesto que a Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais divulga a seguir:

Os povos Geraizeiros de Januária manifestam:

Ao longo dos últimos trinta anos, o Grupo Plantar e o Grupo Rima impõem violentamente o plantio de milhares de hectares de monoculturas de eucalipto nas terras que diversas comunidades ocupam tradicionalmente nos sertões de Januária, Norte de Minas Gerais.

Ao contrário de seus discursos oficiais, nos quais estas empresas dizem atuar ativamente pela conservação ambiental e social do entorno de seus empreendimentos, o que vemos é o rastro de destruição que deixam por onde passam. Para lucrarem com o eucalipto passaram os últimos vinte anos envenenando animais e grilando terras públicas e particulares, queimaram a mata nativa do Cerrado e aterraram as nascentes, veredas e córregos, expropriando os direitos e modos de vida das populações locais.

Se antes era uma região de abundância de peixes, córregos, veredas e buritis, atualmente a seca é permanente. A cada dia que passa a situação das comunidades se agrava, impactadas pelas consequências sociais e ambientais das ações predatórias dessas firmas.

Proposta.

Diante deste quadro crítico, os povos Geraizeiros da região de Januária avançam na luta pela restauração dos seus direitos, do Cerrado e suas nascentes, assim como das áreas tradicionais de agricultura familiar, coleta comum de frutos e recursos naturais e solta do gado para subsistência, com a elaboração de uma proposta de reconhecimento e regulação do seu território tradicional.

A proposta, criada de forma coletiva e participativa, tem como eixos fundamentais: a) a preservação e recuperação do território, de suas nascentes e da agrobiodiversidade do

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 174/ 2014

Brasília, 30 de setembro de 2014.

Cerrado; b) a elaboração de um plano de zoneamento e regulamento de uso, acesso, cultivo, extrativismo, loteamento e manejo sustentável do território; e c) a criação de uma cooperativa para beneficiamento e comercialização da produção e do artesanato cultural, com seu devido retorno às comunidades.

Para tanto, a autodemarcação e retomada do território tradicional é o primeiro passo de uma série de iniciativas do Movimento Geraizeiro, tais como: o resgate da criação de abelhas nativas; o uso de sementes crioulas e nativas; a criação de bancos de sementes e expansão das já existentes para as demais comunidades; a fundação de uma associação representativa; um estudo técnico de recuperação ambiental em parceria com a Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais e entidades como a Cáritas de Januária, o Centro de Agricultura Alternativa (CAA), Comissão Pastoral da Terra e demais movimentos sociais e interessados que compartilhem de uma perspectiva agroecológica e sustentável.

Movimento Geraizeiro

Januária, aos 29 de setembro de 2014.

-

Maiores informações:

Bruno Neris Bastos – 21 996653878

Carlos Alberto Dayrell – CAA NM 38 91047177

Zilah de Matos CPT – 38 91226130



A pedido do MPF/RR, Justiça Federal determina indeferimento dos pedidos de exploração mineral em terras indígenas
SÍTIO PR/RR, 29.09.2014

A Justiça Federal, atendendo a pedido de ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal em Roraima (MPF/RR), determinou em recente sentença que o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) indefira todos os pedidos de registro de exploração mineral em terras indígenas do Estado de Roraima, cessando a suspensão dos requerimentos e o cancelamento de qualquer direito de preferência sobre a mineração em tais áreas.

Na ação civil pública o MPF defendeu que não há respaldo legal para o deferimento desses pedidos, uma vez que a Constituição Federal exige a regulamentação do assunto por lei e, até o momento, não existe nenhuma legislação que discipline a forma especial de exploração de atividade mineral dentro de terras indígenas. Os pedidos dependem também de autorização do Congresso Nacional específica para cada hipótese de requerimento de lavra, além de consulta prévia, livre e informada dos indígenas, com caráter resolutivo.

Conforme levantamento do MPF, em Roraima existem mais de 1.200 registros de pedido de extração mineral em área indígena, pendentes de manifestação que geraram precedência para eventual autorização de lavra por parte do DNPM, órgão do Ministério das Minas e Energia.

Direitos de Preferência - A decisão da Justiça atende uma antiga preocupação do MPF/RR e das populações indígenas do Estado, que têm sofrido com os efeitos da suspensão da análise de pedidos de lavra de produção mineral. Esta prática vinha criando um sério problema, já que os pedidos eram organizados por ordem de preferência e fomentavam expectativas de direito por parte dos requerentes.

Ao atender o pedido do MPF, o texto da decisão reconhece que o DNPM tem fomentado expectativas de direito e provável lobby sobre a regulação de mineração. "Ao decidir pelo sobrestamento e não enfrentar o ônus da negativa, ao não desconstituir a sua fila de futuros exploradores de minério em terra indígena, o DNPM colocou os povos indígenas do Estado em situação de insegurança jurídica, sob a pressão de que os interessados detentores de preferência venham a exercer o seu direito".

Ainda conforme a sentença, é necessário defender o direito dos povos indígenas de não serem perturbados por preferências e loteamento de suas terras para mineração já que não há marco legal nem autorização do parlamento: "A regra constitucional que ordena a prévia autorização para a mineração em terra indígena vem justamente para proteger o patrimônio ambiental e cultural de tais etnias e, ausente o choque de normas, a solução da ponderação acaba por ser uma opção aleatória do administrador, repousando sobre o vazio legal e constitucional. Não há direito constitucional de exploradores de minério em terra indígena que não possa ser sacrificado e que tenha que ser contido através do paliativo do sobrestamento de processos".

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 174/ 2014

Brasília, 30 de setembro de 2014.

CONT.

Desta forma a Justiça Federal julgou ilegal a suspensão dos processos pelo DNPM, impondo a análise, o cancelamento dos requerimentos e o indeferimento dos pedidos já existentes no prazo de 60 dias. Aos futuros pedidos foi determinada a imediata análise e indeferimento, até que seja mantida a situação de ausência de lei federal que regule o tema ou autorização do Congresso Nacional.

Acesse aqui [Íntegra da decisão da Justiça](#)

Assessoria de Comunicação Social
Procuradoria da República em Roraima
prrr-ascom@mpf.mp.br
(95) 3198-2045/ 2034



Rio Uruguai cresce e ribeirinhos devem ficar alertas

SÍTIO RÁDIO SÃO LUIZ, 30.09.2014

Em face do intenso volume de chuvas que caem desde ontem na região, ultrapassando os 200mm em boa parte dos municípios, o rio Uruguai começou a crescer.

Em Porto Xavier, às 10h da manhã de hoje o nível do rio estava 6m84cm acima do nível normal e estava rescendo numa média de 15 a 20 cm por hora. Segundo a Administração da Balsa no Porto Internacional, caso se mantenha esta média, já na parte da tarde não haverá travessia, pois esta é suspensa com 7m50cm acima do nível normal.

Segundo informações do Corpo de Bombeiros de Itapiranga, às 10h o rio estava 7m90cm acima do seu nível e seguia crescendo. A previsão é de que o rio possa atingir 10m em Itapiranga. Caso a previsão se concretize, em Porto Xavier ainda deve crescer um pouco mais, tendo em vista que ainda chove muito.

A Defesa Civil orienta os ribeirinhos a ficarem em alerta.



Brasil: Povos Indígenas e as eleições 2014

SÍTIO KAOS EN LA RED, 30.09.2013

O espectro partidário onde se acomodam os indígenas varia bastante, do PSTU ao DEM. Os partidos que juntam mais candidatos indígenas são os da base governista, PT (16) e PC do B (11) – mas há um número expressivo no PSOL (12) e no PSTU (5), mais à esquerda.

Elaine Tavares

As eleições estão às portas e em todo o Brasil as forças de poder se movimentam para garantir espaços no executivo e legislativo. Como sempre acontece no sistema capitalista, o domínio do processo está no dinheiro. Quem tem mais grana consegue realizar a melhor propaganda, fazer os melhores vídeos e circular pelos espaços com mais rapidez e eficácia.

Além disso, é também o dinheiro que compra o trabalho dos “militantes” que se espalham pelas ruas com bandeiras, distribuindo os santinhos. O dinheiro ainda circula na tradicional compra de votos, que se manifesta em uma série de pequenos benefícios, como cestas básicas, tijolos, cimentos e outras coisas do tipo.

No campo dos “grande poderes”, o dinheiro aparece como doações de campanha. Grandes empresas e grandes bancos, por exemplo, despendem vultosas somas para os candidatos. Na dúvida, os mais ricos investem em vários, um pouco mais ou menos, conforme a possibilidade de vitória, mostrando que a eles pouco importa o programa de governo ou o partido ao qual representam, o que vale é ficar bem com o eleito para depois cobrar o apoio em algum favor. É o dinheiro que move a máquina dita “democrática”.

Correndo por fora, mas igualmente dentro do processo eleitoral, existem os grupos que tem interesses coletivos e que são minoritários no jogo de poder, tais como os camponeses sem terra, os trabalhadores informais, os indígenas. Esses também se organizam e tentam encontrar algumas brechas na institucionalidade para defender propostas que venham ao encontro de seus interesses. É certo que esses grupos, justamente por sua fragilidade econômica, têm muito menos eficácia e sucesso na abordagem eleitoral. Ainda assim, se movimentam e constituem fundos que garantem campanhas modestas, mas importantes no sentido de que oferecem outras possibilidades ao eleitorado.

No que diz respeito à defesa dos direitos e demandas indígenas, esse ano, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) apresentaram-se 85 candidatos ao legislativo, incluindo aí o estadual como o federal. Um número bem pequeno a considerar a população indígena que já contabiliza quase 900 mil almas, mas, ainda assim, capaz de dar alguma visibilidade às demandas dos povos originários, uma vez que ocupam o espaço gratuito de televisão e podem repassar - em escala de massa - as suas reivindicações.

CONT.



O espectro partidário onde se acomodam os indígenas varia bastante, do PSTU ao DEM. Os partidos que juntam mais candidatos indígenas são os da base governista, PT (16) e PC do B (11) – mas há um número expressivo no PSOL (12) e no PSTU (5), mais à esquerda.

Os demais estão distribuídos entre os partidos menores e conservadores, apesar de serem esses partidos os que têm historicamente empreendido toda uma cultura de ódio e preconceito contra o indígena, bem como contra as demarcações de terras tradicionais.

Também é digno de nota que os partidos que acumulam maior número de indígenas sejam os da base de governo - um governo que não tem sido muito receptivo com lutas dos povos tradicionais.

Os candidatos indígenas aparecem em praticamente todos os estados da federação, mas os que têm números mais expressivos são Amazonas (9), Bahia (9), São Paulo (7), Mato Grosso do Sul (7), Roraima (6) e Pará (6). Santa Catarina tem apenas um representante dos povos originários, é o cacique Hyral, da etnia Guaraní, que está concorrendo a uma vaga no legislativo estadual pelo PV.

Dentre as demandas dos candidatos indígenas estão aquelas que são também comuns aos não-índios: melhoria na saúde, na educação, na estradas que levam às aldeias e a proteção do meio-ambiente. Mas, sem dúvidas, as que mais mobilizam são a batalha pela demarcação das terras, a afirmação de direitos, bem como a luta contra a proposta de lei que quer levar para o Congresso Nacional a decisão sobre as demarcações. Mesmo disputando vaga nesse congresso, os indígenas sabem que ali, são a minoria da minoria, e que contra a bancada ruralista - grande e rica - pouca chance terão naquele campo.

De qualquer forma aí estão as candidaturas que precisam ser acompanhadas e analisadas, caso algum venha a se concretizar. Até agora, em nível nacional, a única experiência de um parlamentar indígena foi a de Mário Juruna, um xavante de Mato Grosso. Ele acabou eleito deputado federal - com 30 mil votos - pelo Partido Democrático Trabalhista (1983-1987), representando o estado do Rio de Janeiro, na época sob a liderança de Leonel Brizola.

A ação de Juruna foi muito importante para o povo indígena, ele foi o responsável pela criação da Comissão Permanente do Índio no Congresso Nacional, fato que levou a questão indígena ao reconhecimento formal por parte do governo brasileiro.

Conhecido por sua desconfiança na palavra do homem branco (gravava todas as conversas e reuniões que fazia) Juruna foi uma referência ética no congresso, chegando a denunciar publicamente o empresário Calim Eid, que tentou suborná-lo para que votasse em Paulo Maluf, candidato dos militares à presidência da república no colégio eleitoral. Juruna recusou o suborno, denunciou a trama e votou em Tancredo Neves, candidato da oposição democrática.

Apesar de toda a sua ação na defesa da causa indígena, Juruna não conseguiu se reeleger. Voltou para a aldeia onde morreu em 2002, por conta do diabetes. Na verdade, durante todo seu mandato a mídia brasileira buscou transformá-lo num elemento exótico, folclórico e bufão, tratando de ridicularizar sua estratégia de gravar tudo o que acontecia.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 174/ 2014

Brasília, 30 de setembro de 2014.

Com isso, desviavam o foco do "problema" que era a figura e a ação de Juruna no Congresso Nacional, colocando a nu o abandono da causa indígena pelos poderes constituídos. Mas, quer queiram, quer não, Juruna entrou para a história como aquele que colocou em pauta o tema da luta indígena no Congresso Nacional em pleno estertor da ditadura militar.

Falando na tribuna, na língua Xavante, Juruna garantiu que a até então desconhecida voz indígena fosse respeitada, apesar de todas as tentativas de ridicularização e da, essa sim ridícula, tentativa de cassação do mandato por conta de ele não falar o "português" corretamente.



Polícia Militar vai atuar pela primeira vez em aldeias indígenas; efetivo total será de 1.964 homens

SÍTIO BLOG DO CLEBER TOLEDO, 30.09.2014

Apuração será realizada na 29ª Eleitoral de Palmas e a divulgação dos resultados no Espaço Cultural

Luís Gomes
Da Redação

A Polícia Militar apresentou na manhã desta terça-feira, 30, o plano de ação para as Eleições 2014. A novidade deste pleito é que a corporação deve atuar também nas aldeias indígenas, locais que anteriormente eram cobertos pelo Exército. O efetivo total será de 1.964 policiais militares, que estarão espalhados pelos 139 municípios do Estado.

Em relação à responsabilidade de promover a segurança nas aldeias indígenas, o coronel Messias Lopes destacou algumas medidas de segurança, devido o primeiro contato da corporação com os índios. "O cuidado, primeiro, é sempre ter a mobilidade da tropa, e, segundo, colocamos uma equipe um pouco maior, porque são pessoas imprevisíveis", avaliou o policial, porém, ponderou: "Temos percebido, através de visitas, que a receptividade tem sido boa". De acordo com a PM, a Fundação Nacional do Índio (Funai) já sinalizou cooperação.

Foto: Luís Gomes/CT/ 30.09.2014

Policiais militares vão atuar nos 139 municípios do Estado a partir de sábado e também cobrirão aldeias

O comandante-geral da Polícia Militar, coronel Luíz Cláudio Gonçalves Benício, destacou o compromisso da corporação com o processo eleitoral. "A Polícia Militar está totalmente focada no intuito de proporcionar à comunidade, aos eleitores e aos candidatos uma eleição totalmente segura. Estamos comprometidos com um resultado positivo. Espero que voltemos ao expediente com a consciência do dever cumprido", afirmou.

Coronel Benício citou que nas eleições de 2010 houve problemas na corporação, quando policiais estariam envolvidos diretamente no processo em atos "lesivos à Legislação Eleitoral". O comandante, porém, frisou que, em 2014, não houve qualquer ocorrência. "Em 2010, basicamente 10, 15 dias antes [da eleição], já tínhamos problemas a serem contornados, hoje [terça-feira], faltando quatro dias, está dentro da normalidade. Muito melhor do que a gente imaginava", disse o militar, que acrescentou: "Eleição é um ato democrático e o comandante não pode influenciar sua tropa, e muito menos se dar ao descaso de chacoalhar bandeira na rotatória".

CONT.



Organização

O gerenciamento do efetivo está dividido de forma geral em dois grandes grupos. O Comando do Policiamento da Capital (CPC) cobrirá 259 locais de votação em 39 cidades com 670 policiais militares. O Comando do Policiamento do Interior (CPC) será responsável pela segurança de 908 locais de votação em 101 cidades. O efetivo do CPC é de 1.294 homens.

O transporte dos policiais militares aos locais de atuação terá início na sexta-feira, 3, e todos deverão estar em serviço no sábado, 4, um dia antes da eleição. A apuração do resultado será feito no Cartório da 29ª Zona Eleitoral, na Capital, e a divulgação, em Palmas, será no Espaço Cultural.

A Polícia Militar atuará junto com a Justiça Eleitoral, Ministério Público Federal e Estadual, Polícia Federal, Polícia Civil – que realizará plantões nas delegacias -, Corpo de Bombeiros, Guarda Municipal de Palmas, Agência de Trânsito e Transportes e o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), devido aos indicadores de acidentes de trânsito.

Conforme informou o coronel Messias, a conduta dos policiais militares é regida pelo Artigo 144, § 5 da Constituição Federal, pelo Código Eleitoral e a Lei das Eleições.



Incra avalia terras da Fazenda Buriti em R\$ 80 milhões e gera crise

SÍTIO ITAPORÃ AGORA, 30.09.2014

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) avaliou o preço da Fazenda Buriti em Sidrolândia em R\$ 80 milhões, valor bem abaixo do que esperavam os ruralistas proprietários da terra. A área de 15 mil hectares, com 31 propriedades rurais estava avaliada em R\$ 124 milhões pela Real Pesquisas Agrárias, empresa contratada pelos produtores. A notícia já gera impasse no campo. Enquanto ruralistas não aceitam negociar com o valor proposto pelo Incra, a comunidade indígena teme novos conflitos.

De acordo com o Incra, o levantamento oficial e definitivo levou em consideração a metodologia prevista na Norma Brasileira de Avaliação de Imóveis Rurais (itens 14.653-1 e 3). Na pesquisa o Incra contesta a valorização das terras. Enquanto a pesquisa encomendada pelos produtores afirma que a área tem vocação agropecuária intensiva, o Incra rebate afirmando que a terra está localizada em região de pastagem formado de baixo suporte (terra fraca para agropecuária). "Na melhor das hipóteses nessas áreas recomendamos a conservação dos recursos naturais e recuperação ambiental ambiental. Portanto a vocação das terras é de pastagem e de cultivo semi intensivo", destaca.

No início deste ano uma primeira avaliação do Incra apontava para um valor aproximado aos R\$ 80 milhões. Os proprietários de terras contestaram o valor da terra e pediram R\$ 150 milhões pela área. Contrataram uma consultoria que avaliou as terras em R\$ 124 milhões. Sem uma definição definitiva o Ministério da Justiça entrevistou e solicitou a formação de uma mesa técnica ligada ao Incra para uma ultima avaliação definitiva, que manteve o valor inicial neste último levantamento.

Agora a Superintendência do Incra, vai analisar a fundamentação, tanto dos técnicos do Incra como a da empresa contratada pelos ruralistas e tomar uma decisão sobre qual valor aceitar. Para isto serão avaliados os elementos técnicos que levaram aos resultados.

Ruralistas

A decisão do Incra de manter o valor das terras em R\$ 80 milhões desagradou os produtores rurais. O ex-deputado estadual Ricardo Bacha diz que não quer mais negociar as duas propriedades rurais que tem naquela área com o governo Federal, que segundo ele oferece um valor muito abaixo do mercado. Ele também reclama dos prejuízos que sofreu com a ocupação da comunidade indígena e que resultou no incêndio da sede da fazenda em maio de 2013. O suposto ataque seria uma resposta da comunidade em relação a morte do indígena Oziel Gabriel durante tentativa de reintegração de posse da Polícia Federal.

O advogado Newley Amarilha, considerou a avaliação do Incra um desrespeito aos produtores de terras e uma forma de inviabilizar pacificamente o problema. "O Governo Federal não faz Justiça com os produtores e não cumpre uma determinação da Justiça Federal que já

CONT.



reconheceu que a terra não é indígena. As decisões não são respeitadas pela União que estimula a população a não acreditar na Justiça e atentarem pelas suas próprias mãos”, destaca, alertando que a União é ré no processo que invalida o decreto que reconhece a área como terra indígena.

O advogado diz que das 31 fazendas, 25 já foram ocupadas pelos indígenas e teme confronto caso a comunidade avance para as seis restantes.

Comunidade Indígena

A Comunidade indígena também recebeu a notícia com descontentamento. A liderança indígena Valcélvio Figueiredo, da Comissão Nacional de Políticas Indígenas de MS e terena da aldeia Tereré em Sidrolândia, diz que a comunidade não vai recuar um centímetro das ocupações. Ele diz que a comunidade indígena teme diariamente confrontos e com esta decisão a insegurança fica cada vez maior. “Fazem dois anos que estamos neste impasse e a União demonstra falta de compromisso para resolver o problema. Creio que esta questão de valores deve ser resolvida entre fazendeiros e União, mas os nossos direitos também devem ser assegurados. O ideal seria a desapropriação e os valores serem definidos na Justiça depois entre fazendeiros e União”, destaca observando que são mais de 6 mil índios naquela região ocupada.



Indígenas paraguaios, obrigados a abandonar terras, são desprezados nas grandes cidades

SÍTIO REDE SUL, 30.09.2014

Um fenômeno relativamente novo e que está se propagando no Paraguai: os indígenas são expulsos de suas terras de origem e mandados a cidades como Assunção e Ciudad Del Este. É o que denuncia à Agência Fides a Coordenação Nacional da Pastoral Indígenas do país (CONAPI).

A expulsão de suas terras por parte dos latifundiários produtores de soja e criadores de gado, aliado à falta de tutela por parte do Estado, obriga os nativos de diversas etnias a dirigirem-se às grandes cidades em busca de apoio e ajuda. A metade dos mais de 112 mil indígenas no Paraguai não possui terras, são mandados embora, chegam às cidades onde são obrigados a enfrentar graves problemas de aceitação por parte da população.

Segundo a CONAPI, os indígenas que vivem pelas ruas de Assunção e Ciudad Del Este encontram-se envolvidos em situações que até aquele momento lhes eram desconhecidas, como o alcoolismo, a dependência de drogas e a prostituição.

Segundo o governo, 75% deles vive em condições de extrema pobreza. A sua cultura lingüística está sub-dividida em 5 idiomas: guarani, matakó, zamuko, maskoy e guaicurú, cada um com suas respectivas variantes.

Para tentar enfrentar, ao menos em parte, esta complexa problemática, a CONAPI organizou o seminário "Indígenas nas zonas urbanas", no qual tomaram parte líderes e membros das comunidades indígenas que vivem na cidade, que têm partilhado experiências, necessidades e desafios. No encontro foram tratados aspectos sócio-econômicos e culturais da situação atual dos indígenas nas zonas urbanas, assim como os aspectos políticos e antropológicos.

por Camila Panassolo (Web Rádio Migrantes)



A luta por terra dos quilombolas maranhenses

SÍTIO ADITAL, 30.09.2014

Adital

Trinta e cinco comunidades quilombolas, na região de Itapecuru Mirim (Estado do Maranhão), levantaram a voz. De forma organizada, não violenta, eles reivindicam o reconhecimento e a titulação de suas terras, frente ao que denominam "indiferença e burocracia" dos órgãos públicos e contra os grandes projetos extrativistas que invadiram seus territórios.

Cerca de 300 pessoas ocuparam por cinco dias a Estrada de Ferro Carajás, em concessão à mineradora Vale que escoar por ela 300 mil toneladas de minério de ferro por dia, atravessando terras quilombolas, indígenas e de agricultores familiares.

Alguns quilombolas amarraram-se aos trilhos e entraram em greve de fome, até as comunidades serem recebidas por autoridades federais. "Porque estamos cansados das promessas vazias e nunca cumpridas pelo INCRA [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária] do Maranhão". Eles e elas screveram, ao longo dos trilhos, "Nem mineração, nem agronegócio: terra para a vida".

Denunciam ainda "um processo de extermínio" contra as comunidades negras do Estado, seja por causa dos assassinatos de lideranças, como por despejos, invasões de suas terras ou a execução de grandes projetos de investimento sem que haja consulta prévia, livre e informada aos moradores nos territórios.

No quinto dia de bloqueio, sábado, 27 de setembro, os manifestantes conseguiram o primeiro objetivo de sua luta: representantes da Secretaria Especial da Presidência e do INCRA de Brasília foram negociar com eles. A rede Justiça nos Trilhos, da qual os missionários combonianos são membros fundadores, esteve ao lado das comunidades quilombolas acompanhando suas reivindicações.



Municípios do Sudeste deverão esclarecer falta de serviços públicos aos quilombolas
SÍTIO SURGIU, 30.09.2014

Os problemas objeto das Recomendações foram constatados durante atividades do Programa Defensoria Quilombola

A Defensoria Pública do Estado do Tocantins, por intermédio dos Núcleos de Ações Coletiva e Defensoria Pública Agrária, Recomendou aos municípios de Chapada da Natividade e de Natividade para que seja adotado em caráter de urgência medidas para solucionar a precariedade ou inexistência de vários serviços públicos nas comunidades quilombolas da Região.

As Recomendações nº 007/2014 e nº 008/2014 foram protocoladas no dia 24 em Natividade e no dia 25 em Chapada, assinadas pelo coordenador do NAC - Núcleo de Ações Coletivas, Arthur Luiz Pádua Marques, e pela defensora pública em Natividade, Letícia Cristina Amorim. Foi concedido o prazo de 15 dias para a manifestação dos gestores municipais sobre o atendimento às demandas apresentadas.

Os problemas objeto das Recomendações foram constatados durante atividades do Programa Defensoria Quilombola, em conjunto com instituições e órgãos parceiros, onde as condições verificadas demonstraram desrespeito às normas constitucionais e legais por parte dos órgãos competentes, violando os princípios da dignidade da pessoa humana e do mínimo existencial, que consistem em um conjunto de condições fundamentais indispensáveis para que o cidadão tenha o mínimo para sobreviver.

Com estas Recomendações, a Defensoria Pública do Estado provoca os dois municípios a apresentarem solução para o atendimento de urgência e emergência da população de Chapada da Natividade, pois há uma dificuldade de acesso aos serviços de saúde, devido à resistência de servidores do Hospital de Natividade em atender os pacientes advindos do município vizinho, justificando que tal conduta compromete o orçamento municipal. Para a Defensoria, esta prática além de poder configurar no crime de omissão de socorro, acaba por violar o princípio constitucional da isonomia e de acessibilidade irrestrita aos serviços do SUS - Sistema Único de Saúde.

Outro problema detectado foram as péssimas condições das estradas vicinais em ambos os municípios, conforme relatos da população local, sendo que neste aspecto também foi recomendado a recuperação e manutenção das vias que dão acesso às Comunidades Quilombolas e áreas rurais das respectivas regiões.

CONT.



Já em relação à área da educação, as Recomendações solicitam a reestruturação física da Escola Municipal da Comunidade São José, em Chapada da Natividade e da Escola Municipal da Comunidade Redenção, em Natividade, bem como o aperfeiçoamento do planejamento didático-escolar, pois o ensino multisseriado praticado nas unidades escolares está comprometendo a qualidade do ensino.

Outra demanda comum aos municípios visitados é a necessidade de transporte escolar regular eficiente, bem como rotas adequadas ao percurso dos alunos, para atender integralmente às crianças que residem em áreas rurais e comunidade quilombolas distante até 30 km da sede da escola, uma vez que algumas crianças são obrigadas a acordar às quatro horas da manhã para pegar o ônibus escolar, e outras se deslocarem de motocicletas por longas distâncias até o ponto de ônibus mais próximo, causando cansaço e afetando o rendimento acadêmico.

A visita realizada pela equipe da Defensoria Pública Quilombola às comunidades em maio de 2014, com a colaboração da Defensoria Pública na localidade, permitiu conhecer a realidade da população, e apontar demandas que precisam ser atendidas com urgência em cada município.

Chapada da Natividade

Ao município de Chapada da Natividade foi recomendada ainda a regularização de visita de profissionais da saúde pelo menos uma vez por mês nas comunidades quilombolas e o fornecimento regular de medicação básica.

O gestor público deverá prestar esclarecimentos acerca do Programa Minha Casa Minha Vida que beneficiou 40 famílias do Município, entre elas, cinco famílias quilombolas da região, pois foram detectadas falhas estruturais e obras inacabadas nas residências de três famílias quilombolas cadastradas, com péssima qualidade dos materiais empregados nas obras, uma vez que as moradias foram construídas em 2012. Em algumas casas faltam forro, encanamento do banheiro, cisterna, pia, cerâmica, vaso sanitário e instalação elétrica completa.

Natividade

A Defensoria requereu ao Município de Natividade que esclareça o abandono da construção da Unidade da Saúde da Família - P.A Jacubinha/Felipa Avelina Dias - na Comunidade Quilombola Redenção, o que está resultando em desassistência em saúde para a população local e evidente dano ao patrimônio público municipal.

A Instituição também requer que sejam elaborados estudos e encaminhados projetos para a obtenção de recursos para a criação de um laboratório de informática na Escola Municipal da Comunidade Redenção, e providências para a construção de uma ponte que vai melhor o tráfego da comunidade. Durante as visitas realizadas pela Defensoria Pública, foi informado que a Comunidade necessita somente de apoio com parafusos, vigas, etc., pois os demais recursos como madeira e mão obra podem ser conseguidos pela Comunidade com facilidade.



Lideranças Guarani Kaiowá vão ao STF, às 15h, pedir nulidade de decisão que os impede de ocupar território tradicional
SÍTIO CIMI, 30.09.2014

AVISO DE PAUTA

Nesta terça-feira, às 15 horas, quatro lideranças Guarani Kaiowá, Mato Grosso do Sul, estarão no Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília (DF), para protocolar pedido de nulidade de uma decisão da 2ª Turma da Corte que anula o reconhecimento do Estado à tradicionalidade do tekoha – lugar onde se é – Guyraroká, terra reivindicada pelos indígenas.

Contrariando decisão unânime do Superior Tribunal de Justiça (STJ), e do relator do processo alçado ao STF, ministro Ricardo Lewandowski, o ministro Gilmar Mendes acatou o pedido de anulação do ato do Ministério da Justiça, baseado em estudos da Funai, que reconhece o Guyraroká como tradicional. Mendes usou a tese do marco temporal para justificar sua decisão: se a comunidade indígena não estava na área reivindicada em 1988, ocasião da promulgação da atual Constituição, ela não possui o direito de ocupá-la.

Os argumentos de Mendes foram acompanhados pela ministra Carmem Lúcia e pelo ministro Celso de Mello. O ministro Teori Zavaski não votou. Os Guarani Kaiowá do tekoha Guyraroká afirmam que o futuro da comunidade foi decidido sem que sequer eles fossem ouvidos, e agora, em Brasília, pretendem dizer aos ministros o que motiva o grupo a não desistir do território tradicional. Reconhecer a tradicionalidade da terra reivindicada pelos indígenas é uma parte do procedimento de demarcação do território.

Acompanhados da assessoria jurídica do Cimi, autora do pedido de nulidade, os Guarani Kaiowá irão ao gabinete do presidente da Suprema Corte, o ministro Lewandowski, para tratar da questão territorial e do pedido de nulidade da decisão. O Guyraroká fica na região de Dourados (MS), na entrada do Cone Sul do estado, que apresenta uma das realidades de maior violência contra os povos indígenas no mundo.

Outras informações e entrevistas:

Luana Luizy, assessoria de comunicação do Cimi: (61) 8128.5799 ou (61) 2106.1650.



Ambientalistas estudam medidas para tentar salvar o Rio São Francisco

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 30.09.2014

Eles visitaram a principal nascente que secou em São Roque de Minas. A principal medida é baixar a vazão da Usina Hidrelétrica de Três Marias.

Anna Lúcia Silva, do G1 Centro-Oeste de Minas

Representantes de órgãos ambientais e do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF) fizeram uma visita oficial no último sábado (27) à nascente do Rio São Francisco, que secou dentro do Parque Nacional da Serra da Canastra, em São Roque de Minas.

Durante a visita ao parque, ambientalistas informaram que estão elaborando propostas para amenizar os efeitos da estiagem e que um documento será enviado em caráter de urgência à Agência Nacional de Águas (ANA) e ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), em seguida aos governos federal e estadual.

A diretora da Câmara Consultiva Regional do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, Silvia Freedman, informou ao G1 que a principal medida estudada é baixar a vazão da Usina Hidrelétrica de Três Marias, na região Central de Minas Gerais.

A sugestão é que a represa opere com 140 m³/s, sendo que atualmente é de 170 m³/s. O projeto será enviado nesta terça-feira (30). "A medida é de cunho preventivo e visa a armazenar e estabelecer segurança hídrica do rio. Ainda pensando no equilíbrio, vamos sugerir que a vazão passe para 120 m³/s em novembro e que se mantenha assim até dezembro, mesmo se houver chuva, para termos uma margem de segurança", afirmou.

A Usina de Três Marias é a primeira barragem construída ao longo do Rio São Francisco, que percorre aproximadamente 300 quilômetros até chegar ao município. Atualmente, a usina opera com 4,5% da capacidade útil do reservatório.

Comparando com o histórico do volume do reservatório referente aos meses de julho de 2014 e 2013, divulgado pela ONS, no ano passado a represa estava com 9,47%. O reservatório integra a bacia do São Francisco, que abrange sete estados e 540 municípios, sendo 240 em Minas Gerais, os quais contribuem com 72% do volume de águas superficiais que vertem para o rio.

Segundo a diretora de pesquisa, desenvolvimento e monitoramento do Instituto Mineiro de Gerenciamento das Águas (Igam), Ana Carolina Miranda, atualmente entram na represa de Três Marias 35 m³/s. "A vazão que entra é muito inferior à que sai, por isso estamos criando o projeto que visa essa redução", disse.

CONT.



O diretor técnico da Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo, Alberto Simon, disse que o Rio São Francisco segue em direção ao Nordeste e até lá recebe água de afluentes como o Rio Abaeté, Rio das Velhas, Paracatu e Jequitaí, o que aumenta a vazão do Velho Chico até chegar ao fim do seu curso, em Piaçabuçu.

“Com toda essa água, a represa de Sobradinho recebe uma vazão de 1.100 metros cúbicos por segundo. Uma vazão muito desigual a que temos em Minas Gerais”, afirmou.

Para o presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, Lessandro Gabriel, outras medidas importantes precisam ser estudadas. “Vamos sugerir um levantamento feito pelo Igam e a ANA para identificarmos o número de outorgas existentes nos afluentes mineiros do Rio São Francisco com o objetivo de sabermos o quanto temos de água utilizada em captações”, explicou.

No documento também constará uma campanha estadual de conscientização para racionalização do uso da água. “Na terça-feira [30] faremos a documentação e encaminhamentos aos órgãos necessários, que são ANA, ONS, Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Minas Gerais, Igam e Ministério do Meio Ambiente”, enfatizou Sílvia Freedman.

Volume morto

O nível no reservatório em Três Marias está bem próximo de chegar ao volume morto, com aproximadamente 4,5 milhões de metros cúbicos. Freedman destacou que uma falha na execução da obra fez com que Três Marias não tivesse descarga de fundo. O que, segundo ela, impediria a utilização do volume morto, que é uma reserva de água que fica no fundo da represa e que, até agora, nunca precisou ser utilizada para abastecer a população.

Freedman disse ainda que a descarga de fundo serviria para liberar água da usina, além de permitir que o volume morto pudesse ser renovado, já que uma quantidade grande de sedimentos se acumula nesta reserva. Ela afirmou que existe a possibilidade de o Rio São Francisco parar de correr fazendo com que o abastecimento humano tenha que ser feito com caminhões-pipa e poços artesianos.

Seca de nascentes secundárias

Vicente de Paulo Faria, chefe substituto do Parque e analista ambiental, contou que as nascentes secundárias também podem secar. Estima-se que, após a seca da principal nascente, pelo menos dois olhos d’água tenham secado. “É preciso que chova ou o ecossistema ficará cada vez mais comprometido”, concluiu.

Preocupação

Durante a visita dos ambientalistas à Serra da Canastra, o secretário de Meio Ambiente de São Roque de Minas, André Picardi, manifestou preocupação com as mudanças globais que têm provocado a estiagem. “Está passando da hora. A natureza já mandou todos os recados que ela podia mandar. Não devemos jogar essa responsabilidade para as gerações futuras. Ou agimos agora ou não vai ter água para as crianças daqui a 20 anos”, afirmou.

CONT.



Os Munduruku e a consulta póstuma, por Felício Pontes e Rodrigo Oliveira
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 28.09.2014

Por Felício Pontes e Rodrigo Oliveira*, em Língua Ferina

“Essa consulta já não está sendo prévia, vocês querem pressionar para que ela não seja livre?”. A frase dita por uma liderança munduruku resume a consulta prévia da Usina Hidrelétrica de São Luiz do Tapajós (SNSM), retomada nos dias 2 e 3 de setembro de 2014 em reunião na aldeia Praia do Mangue. Na ocasião, os representantes do governo enfatizaram que a consulta seria algo inédito no Brasil e que marcaria uma nova relação entre Estado e povos indígenas. Comprometeram-se a respeitar a legislação, que afirma que os povos indígenas deverão ser consultados de forma prévia, livre e informada sempre que uma medida específica puder afetar seus direitos.

Mas os compromissos foram escritos na areia e menos de 10 dias após a reunião é dado um duro golpe na confiança dos munduruku: o Ministério de Minas e Energia publica a Portaria 485 marcando o leilão da Usina para 15 de dezembro de 2014. Embora revogado, o ato ilustrou toda arbitrariedade que atravessa o processo e elimina qualquer possibilidade de se fazer uma consulta de fato prévia. Três fatores demonstram que a decisão pela construção da barragem foi tomada, independentemente da consulta aos munduruku. Vejamos.

Resolução CNPE nº 03/2011

A primeira autorização ao empreendimento foi dada em 2011 quando o Conselho Nacional de Política emitiu a Resolução CNPE nº 03/2011, que no artigo 1º elege a UHE São Luiz do Tapajós como “projeto de geração de energia elétrica estratégico, de interesse público, estruturante e com prioridade de licitação e implantação”. O artigo 2º determina ao Poder Executivo a adoção de medidas e conclusão dos estudos para a construção da barragem.

Pedido de Licença Prévia

A Licença Prévia (LP) é o ato que aprova a localização e a concepção de um empreendimento, além de atestar sua viabilidade ambiental. A LP de São Luiz do Tapajós foi solicitada no dia 14 de julho de 2014. Mesmo que o órgão ambiental responsável (Ibama) ainda não tenha concedido a licença, a simples solicitação mostra que a Eletrobrás, empresa estatal responsável pelo projeto, já decidiu a localização e a concepção da barragem. E o mais grave: afirma que ela é ambientalmente viável sem que os munduruku fossem consultados e manifestassem suas percepções acerca dos impactos do projeto. A solicitação desrespeita decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que obriga a consulta a todos os povos indígenas antes de qualquer licença ambiental.

Portaria 485/2014

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 174/ 2014

Brasília, 30 de setembro de 2014.

A Portaria do Ministério de Minas e Energia que agendou o leilão para 15 de dezembro de 2014, mesmo revogada, reforça que o governo decidiu pela construção da barragem. Levar a UHE São Luiz do Tapajós a leilão significa que o próximo passo é escolher quem irá construí-la, já tomando como um fato. Inclusive, Furnas (empresa estatal do setor elétrico ligada à Eletrobrás) firmou um convênio com a empresa chinesa China Three Gorges para disputar o futuro certame. A revogação da portaria foi "motivada pela necessidade de adequações aos estudos associados ao tema do componente indígena", e não pela razão de que o projeto precisa ser consultado com os munduruku antes de qualquer decisão.

Com a decisão tomada, a consulta que deveria ser prévia passa a ser póstuma, contrariando a Convenção 169 da OIT, que é clara ao dizer que ela se dá antes de "empreender ou autorizar" uma medida específica. A jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) reforça que ela deve ocorrer "desde as primeiras etapas de elaboração ou planejamento da medida proposta". A conduta revela a concepção do governo de que a consulta é um espaço limitado à discussão de compensações e mitigações, e não um procedimento para levar a sério a autodeterminação dos povos indígenas e possibilitar que eles decidam seus próprios destinos.

A consulta póstuma da UHE São Luiz do Tapajós deixa a sensação de que os povos indígenas continuam invisíveis para o governo federal. O maior desafio será estabelecer um clima de confiança com os munduruku, receosos com as seguidas arbitrariedades do governo federal. Se o governo estiver realmente disposto a mudar suas práticas, é preciso dar alguns passos para trás, reconhecer que errou e admitir a possibilidade de não construir a barragem, a depender do que decidam os munduruku. Só então será possível falar em consulta prévia.

* Felício Pontes é Procurador da República no Estado do Pará; Rodrigo Oliveira é mestrando em direitos humanos, UFPA, e pesquisador da De Justicia. Artigo publicado originalmente AQUI.

—

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Naya Porã.



Comissão Nacional da Verdade irá ouvir indígenas de MS pela 3ª vez

SÍTIO DOURADOS AGORA, 30.09.2014

Evento promovido pelo MPF, CNV e UFGD apura violações de direitos humanos relacionadas à luta pela terra ou cometidas contra os povos indígenas de MS no período de 1946 a 1988

Comissão Nacional da Verdade Indígena será realizada em 17 de outubro, na Aldeia Bananal, em Aquidauana, 150 km a oeste da capital, Campo Grande (MS). O evento será realizado das 7:30 às 17:30 e irá ouvir exclusivamente indígenas terena, a segunda maior etnia de Mato Grosso do Sul.

Estarão presentes a psicanalista e membro da CNV Maria Rita Kehl, os procuradores da República Emerson Kalif Siqueira e Marco Antonio Delfino de Almeida, além de indígenas terena de diversas aldeias. O evento é coordenado pelo professor Neimar Machado (UFGD).

Os indígenas irão falar sobre episódios de violência durante a ocupação do estado por colonos, como assassinatos, expulsão de territórios tradicionais e confinamento em pequenas reservas.

A coleta de depoimentos oficiais pela Comissão Nacional da Verdade pode subsidiar futuras ações de indenização coletiva em favor das comunidades indígenas ou outras ações compensatórias.

Reconhecimento e acesso aos direitos indígenas aumentam, mas profunda desigualdade persiste

SÍTIO ADITAL, 30.09.2014

Marcela Belchior

Na última década, houve avanços no acesso à saúde e educação das 45 milhões de pessoas indígenas que vivem na América Latina, que representam 8,3% da população do continente. Esse público tem tido mais acesso à saúde e à educação, além de conquistado progressos no reconhecimento de seus direitos territoriais e de sua participação política. Ainda assim, há muito o que melhorar. A informação faz parte do novo informe da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal).

O documento Os povos indígenas na América Latina: avanços na última década e desafios pendentes para a garantia de seus direitos contribuiu para os debates levantados durante a Conferência Mundial sobre os Povos Indígenas da Organização das Nações Unidas (ONU), realizada em 22 e 23 de setembro deste ano, em Nova York. Além disso, o levantamento colabora como uma referência para o processo de implementação e prosseguimento da agenda de desenvolvimento pós-2015.



Redução da mortalidade infantil é apontada em pelo menos 9 países latino-americanos.
Foto: Agência Brasil.

De acordo com o informe, importantes avanços no acesso a serviços de saúde se refletem em melhorias nos indicadores de atenção ao parto e de mortalidade infantil entre os indígenas de vários países. O índice de morte de crianças de até cinco anos de idade foi reduzido entre os

CONT.

anos 2000 e 2010, em pelo menos nove países: Costa Rica, México, Brasil, Venezuela, Equador, Panamá, Guatemala, Peru e Bolívia. Além disso, pelo menos 17 países latino-americanos dispõem de estrutura estatal com a competência específica de gerir a saúde intercultural.

No setor da educação, a Cepal aponta um aumento nas taxas de frequência escolar em todos os níveis de ensino. Pelo menos oito países da América Latina apresentam um percentual de presença em sala de aula de 82% a 99% entre os estudantes de seis a 11 anos de idade, nos anos 2010 e 2011. Entretanto, permanecem lacunas significativas no acesso dos indígenas à educação de nível médio e superior.



Crianças frequentam a escola, mas acesso a ensino médio e superior ainda é desafio. Foto: Fernando Leite/Jornal Opção.

No que tange aos progressos no reconhecimento dos direitos territoriais dessa população, entre eles o direito à propriedade coletiva de terras, o estudo indica avanços na região, especialmente com relação à demarcação e titulação de terras. No entanto, permanecem estagnadas iniciativas para controle territorial, incluindo o uso de recursos naturais. Nesse âmbito específico, houve, entre 2010 e 2013, mais de 200 conflitos em territórios ameríndios ligados a atividades extrativistas de hidrocarbonetos e mineração.

Foi constatado também aumento da participação política dos povos indígenas, refletido em um contínuo fortalecimento de suas organizações sociais e no estabelecimento de alianças políticas. Ainda assim, o segmento segue ocupando escassa representação em órgãos dos poderes do Estado nos diversos países da América Latina. Houve avanços também no que se refere ao respeito às instituições e sistemas de autogoverno dos povos indígenas, mesmo que prossiga insuficiente diante de instâncias internacionais, que reconhecem o direito fundamental à livre determinação desses povos.

Incremento no número de índios

Dos 45 milhões de indígenas que existem na América Latina, 17 milhões vivem no México e outros 7 milhões no Peru. Os países com maior proporção dessa população no continente são Bolívia (62,2%), Guatemala (41%), Peru (24%) e México (15,1%). Atualmente, é possível

CONT.



apontar um incremento do número da população indígena, que contabilizava 642 povos em 2006 e, hoje, soma 826 povos indígenas em território latino-americano. Segundo a Cepal, isso se deve ao aperfeiçoamento dos levantamentos estatísticos e à incidência dos povos indígenas às lutas pelo seu reconhecimento.

Desse número, o Brasil abriga a maior quantidade de etnias indígenas (305), seguido da Colômbia (102), Peru (85), México (78) e Bolívia (39). Muitas delas se encontram em risco de desaparecimento físico ou cultural, como foi constatado em território brasileiro (70 etnias ameaçadas), colombiano (35) e Bolívia (13). Além desses, estima-se que haja outras 200 etnias em isolamento voluntário na Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru e Venezuela.



Povos indígenas da América Latina por país - Reprodução CEPAL.

De acordo com a Cepal, o potencial de crescimento da população indígena é maior em relação à não indígena em pelo menos cinco países (Brasil, Equador, México, Panamá e Venezuela), uma vez que sua estrutura etária é mais jovem e suas taxas de fecundidade são mais elevadas. O documento também revela que a migração interna recente é menor entre os povos indígenas do que entre a população não indígena. No México, Peru, Uruguai e Venezuela, a maioria dos índios vive na zona urbana.

Censos recentes de nove países latino-americanos também confirmam a existência de profunda lacuna digital. No Equador, Panamá, Peru e Venezuela, a amplitude de acesso à Internet em lares não indígenas é até seis vezes superior em relação aos lares não indígenas.

CONT.



Resistência gera nova relação política

Segundo a secretária executiva da Cepal, Alicia Bárcena, esses avanços encontram obstáculos para sustentar-se ou expandir-se e a região deve enfrentar desafios referentes à heterogeneidade estrutural, vulnerabilidade externa e persistência de altos níveis de desigualdade social. Porém, a resistência desse segmento se expressa, hoje, na instauração de novos statuspolíticos e territoriais, assim como novos modos de relação institucional entre os Estados e os povos indígenas.

"É necessário redesenhar os equilíbrios entre o Estado, o mercado e a sociedade para construir pactos em que contribuam aqueles atores que garantam acordos políticos de longo alcance. (...) Um os principais desafios nessa matéria é a integração dos direitos dos povos indígenas em um novo modelo de governança dos recursos naturais", avaliou Bárcena, no documento.

"Os conhecimentos ancestrais, as inovações e práticas tradicionais dos povos indígenas para a conservação e utilização sustentável da diversidade biológica, assim como o desenvolvimento das diferentes modalidades coletivas das economias indígenas, oferecem uma oportunidade valiosa para a construção de um novo paradigma de desenvolvimento, baseado em uma mudança estrutural para a igualdade e sustentabilidade", indicou a secretária.



Alicia Bárcena, secretária-Executiva da CEPAL, apresentou o documento em Nova Iorque. Foto: CEPAL.